



Texto para discussão

279

**Formação do economista
no Brasil Contemporâneo**

Fernando Nogueira da Costa

Setembro 2016

Instituto de Economia
UNICAMP



Formação do economista no Brasil Contemporâneo

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar alternativas metodológicas para o ensino de Economia no Brasil contemporâneo. A análise do conteúdo dos cursos é realizada em três níveis de abstração: Ciência Econômica Abstrata ou Economia Pura, Economia Aplicada, Arte da Economia. Cada um deles se divide entre Economia Positiva – *o que é* – e Economia Normativa – *o que deveria ser*. A principal proposta é de superação da formação “ortodoxa” dos economistas brasileiros por uma atualizada com a nova fronteira teórica pluralista e interdisciplinar. Como argumentação em defesa da hipótese de que a formação contemporânea, em tempos de crise, deve ser mais generalista, exigindo maior abertura teórica e tolerância ideológica, faz uma breve análise da história do pensamento econômico brasileiro e examina a situação dos cursos e do profissional formado por eles.

Palavras-chave: Metodologia Econômica; História do pensamento econômico.

Abstract

Economist training in Contemporary Brazil

The aim of this paper is to present methodological alternatives for teaching economics in contemporary Brazil. The analysis of the course content is performed in three levels of abstraction: Economic Science Abstract or Pure Economics, Applied Economics, Art Economics. Each is divided between Positive Economy – what is – and Normative Economics – what it should be. The main proposal is to overcome training “orthodox” of Brazilian economists for an updated with new pluralistic and interdisciplinary theoretical border. As arguments to defend the hypothesis that contemporary education in times of crisis, should be more general, requiring more theoretical opening and ideological tolerance, makes a brief analysis of the history of Brazilian economic thought and examines the status of courses and trained professional for them.

Keywords: Economic methodology; History of economic thought.

Classificação JEL / JEL Classification: B4.

Introdução

A “abordagem econômica” é a única abordagem teórica sensível ao estudo do comportamento humano? Esta pergunta provocativa indaga se a Economia é o modelo que todas as Ciências Sociais devem seguir.

¹ Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/> <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878;>
E-mail: fercos@eco.unicamp.br.

Pessoalmente, tenho sérios escrúpulos a respeito de minha própria disciplina reivindicar o monopólio da racionalidade humana. Daí à postura arrogante face às demais Ciências Sociais e Humanas, defendendo a validade universal da abordagem econômica racionalista para o comportamento humano, é um passo curto.

Uma postura mais humilde (e realista) vê todas as Ciências Afins como sendo parciais na medida em que seus autores fizeram apenas uma divisão de trabalho na investigação da realidade. As partes isoladas não reconstituem o todo, nem por hipótese, nem por justaposição. Reunindo em uma só visão as teorias distintas, mas conservando cada qual sua integridade disciplinar, aproximamo-nos mais da verdade – o todo – mesmo sem alcançá-la *in totum*. O todo possui um significado e uma dinâmica que vão além do alcance de cada parte, pois emerge de modo dependente da trajetória das interações dos seus diversos componentes.

O trabalho de pesquisa dos psicólogos cognitivos tem mostrado que muitos dos postulados fundamentais da economia ortodoxa moderna são refutados pela experimentação. A rápida expansão desta, que é discutida em Neuroeconomia Comportamental, levanta intrigantes questões metodológicas.

Aprende-se muito sobre *como a ciência deveria ser feita* a partir do estudo de *como a ciência realmente é feita*. Ao contrário do que alegam os economistas supostamente triunfantes, mas, na verdade, apenas arrogantes por dizerem “ter encontrado o único caminho verdadeiro para todas as Ciências Sociais”, psicólogos cognitivos, economistas comportamentais e neuroeconomistas estão desafiando as generalizações básicas da Economia ortodoxa e defendendo uma forma diferente de construir a Economia.

A Economia busca se apresentar como Ciência, mas suas conclusões raramente são testadas. Quando são, muitas vezes, parecem ser refutadas pela realidade. Previsões específicas com base diretamente em teoria econômica são inexatas e, por vezes absolutamente erradas. De acordo com o *método abstrato-dedutivo*, as premissas básicas da Economia são ou proposições mentais, que são estabelecidas pela introspecção, ou de acordo com o *método histórico-indutivo*, proposições técnicas, que são estabelecidas diretamente pela experimentação.

Estas premissas estabelecem de que forma específica os fatores causais operam. Os economistas exclusivistas supõem que as conclusões da Economia são corretas considerando que os fatores causais que afetam a atividade

econômica são só aqueles que eles consideram. Neste caso, as conclusões são alcançadas, dedutivamente, de hipóteses bem suportadas na tentativa de previsão da futura realidade empírica.

Na verdade, essas conclusões, que economistas tiram pelo método dedutivo-racional, devem ser tratadas com cautela, porque muitos fatores determinantes são deixados de fora de sua teoria. Assim, eles devem estar prontos para fazer concessões para vários distúrbios reais e reconhecer que as suas previsões podem ser enganosas, embora a teoria econômica esteja fundamentalmente correta sob o ponto de vista lógico-formal.

Nesse sentido, a Economia seria apenas hipotética, isto é, apontaria tendências, cuja trajetória é dependente de interferências que, por mínimas que sejam, as afastam das condições iniciais consideradas. Aceitando que é apenas uma ciência que possibilita detectar tendências, os formuladores de políticas econômicas não podem ficar demasiadamente confiantes que suas previsões de sucesso em suas escolhas políticas serão sempre alcançadas.

John Neville Keynes (1852-1949) foi um eminente metodólogo inglês, além de pai do famoso John Maynard Keynes (1883-1946). Em seu livro *The Scope and the Method of Political Economy*, publicado em 1891, dividiu a Economia entre:

1. **Economia Positiva:** o estudo de *o que é a economia*, e quais são suas aplicações,
2. **Economia Normativa:** o estudo sobre *o que ela se tornará*, ou seja, o futuro da economia, e
3. **Arte da Economia:** economia aplicada ou *a tomada de decisões práticas*.

Na Arte da Economia, ações econômicas em busca de *o que deveria ser* a atividade econômica, segundo as lições aprendidas na Economia Normativa, acabam resultando em *o que realmente é* o objeto da Economia Positiva. O que Neville Keynes conseguiu fazer foi sintetizar (e diferenciar) a *razão dedutiva* e a *razão indutiva*.

Em seu conhecido ensaio, *The Methodology of Positive Economics* (publicado em 1953), Milton Friedman parte da distinção de Neville Keynes entre “uma Ciência Positiva, um corpo de conhecimento sistematizado sobre *o que é*; e uma Ciência Normativa ou Reguladora, um corpo de critérios de conhecimento discutir sistematizadas de *o que deveria ser*; uma Arte, um

sistema de regras para *a obtenção de um determinado fim*". Comenta que "a confusão entre eles é comum e tem sido a fonte de muitos erros perniciosos". Daí destaca a importância do "reconhecimento uma Ciência Positiva distinta da Economia Política".

Nesse ensaio, Friedman focaliza o problema de como decidir se uma hipótese levantada como suporte de uma teoria deveria ser provisoriamente aceita como parte de um "sistemizado corpo de conhecimento sobre *o que é*". Principalmente, discute se faz sentido a crítica ao "irrealismo das hipóteses".

De acordo com o argumento de Friedman, o único critério relevante para a validade de uma hipótese é a comparação das suas previsões com a experiência real. A hipótese é *rejeitada* se suas previsões são contrariadas mais frequentemente do que as previsões suportadas por uma hipótese alternativa. É *aceita* se as suas previsões não são contrariadas, isto é, se ela sobreviveu a muitas oportunidades para contradição.

Logo, a evidência factual nunca pode "provar" uma hipótese. Ela só pode deixar de provar outra hipótese. Corretamente, pode-se apenas dizer que "a hipótese tem sido confirmada pela experiência" – até que deixe de ser e se necessite de outra melhor.

A validade de uma hipótese, nesse sentido, não é por si só um critério suficiente para a escolha entre hipóteses alternativas. Fatos observados, necessariamente, são um número finito, enquanto são infinitas as possíveis hipóteses. Se existe uma hipótese que é consistente com a evidência disponível, há sempre inúmeras outras que também são.

Em hipóteses realmente significativas serão encontradas "suposições" que são representações descritivas grosseiramente imprecisas da realidade. Em geral, afirma Friedman, "quanto mais significativa a teoria, mais irrealistas serão seus pressupostos".

Dá uma razão simples para isso: uma hipótese é relevante se "explica" muito com pouco, isto é, se consegue abstrair (ou teorizar) os mais cruciais elementos da massa de circunstâncias complexas e detalhadas em torno dos fenômenos a serem explicados. É bem-sucedida se faz previsões válidas com base apenas nesses componentes destacados do sistema complexo.

Diz Friedman: "para ser importante, por conseguinte, uma hipótese é descritivamente falsa nos seus pressupostos. Ela não leva em conta nenhuma

das muitas outras circunstâncias concomitantes, desde que seu próprio sucesso mostra que elas são irrelevantes para os fenômenos a serem explicados”.

Isto ocorre até que a falha de uma previsão exija o levantamento de novas hipóteses com base nos elementos antes não considerados. Muitas vezes, isso ocorreu apenas por divisão de trabalho, ou seja, por pertencerem às outras áreas de conhecimento de Ciências Afins.

O objetivo deste artigo é apresentar alternativas metodológicas para o ensino de Economia no Brasil contemporâneo. A análise do conteúdo dos cursos é realizada em três níveis de abstração: Ciência Econômica Abstrata ou Economia Pura, Economia Aplicada, Arte da Economia. Cada um deles se divide em Economia Positiva – *o que é* – e Economia Normativa – *o que deveria ser*.

O que deveria acontecer, em matéria de Ensino de Economia, é superação da formação “ortodoxa” dos economistas brasileiros por uma “heterodoxa”, atualizando-a com a nova fronteira teórica pluralista e interdisciplinar. Como argumentação em defesa da hipótese de que a formação profissional contemporânea, em tempos de crise, deve ser mais generalista, exigindo maior abertura teórica e tolerância ideológica, farei também uma breve análise da história do pensamento econômico brasileiro e examinarei a situação dos cursos e do profissional formado nesses cursos.

A estrutura de apresentação deste artigo, além desta Introdução, está dividida em:

1. Ciência Econômica Abstrata ou Economia Pura
 - a. *O que é*: Abordagem Ortodoxa
 - b. *O que deveria ser*: Abordagem Pluralista
2. Economia Aplicada
 - a. *O que é*: Disciplinas Instrumentais, Setoriais e de Ciências Afins
 - b. *O que deveria ser*: Economia Comportamental, Institucional, Evolucionária e Complexa
3. Arte da Economia
 - a. *O que é*: Breve História do Pensamento Econômico Brasileiro

b. O que deveria ser: Social-Desenvolvimentismo

4. *O que é: Diagnóstico dos Cursos de Economia e da Profissão no Brasil*

5. *O que deveria ser: Conclusão*

1 Ciência Econômica Abstrata ou Economia Pura

Existe uma Ciência Econômica Brasileira? Esta pergunta só faz sentido como retórica, assim como dizer que existe uma Matemática Brasileira, ou seja, referindo-se à prática de profissionais brasileiros de determinada Ciência. Uma Ciência Abstrata refere-se às ciências que têm por objeto a descoberta das leis que, supostamente, regem as diversas classes de fenômenos. Ciências utilizam, frequentemente, abstrações.

Abstração, segundo a Wikipedia, é uma operação intelectual que consiste em isolar, em um conceito, um elemento à custa da exclusão de outros, do qual então se faz abstração. Na terminologia filosófica, a abstração é o processo de pensamento em que as ideias são distanciadas dos objetos. Ela usa a estratégia de simplificação, deixando vagos ou indefinidos os detalhes concretos. Assim, uma comunicação efetiva sobre as coisas abstraídas requer uma intuição ou experiência comum entre o comunicador e o receptor da comunicação. Isso é verdade para todas as formas de comunicação de ciência abstrata.

Então, abstração é um alegado processo na formação de conceitos, reconhecendo um grupo de características comuns nos indivíduos, e obtendo com isso uma base para extrapolação e/ou previsão dos comportamentos de todos os indivíduos. Ela é a operação mediante a qual alguma coisa é escolhida como objeto de percepção, atenção, observação, consideração, pesquisa, estudo, etc. É isolada de outras coisas face às quais se coloca em uma relação de destaque. Ela é inerente a qualquer procedimento cognitivo. O ser humano cria conhecimento teórico ou intelectual através de abstrações.

A abstração é usada nas artes mais tipicamente como uma referência para a arte que não está preocupada com a representação literal das coisas do mundo visível, mas sim que ela se torne o objeto visível. Pode também se referir a uma imagem que foi destilada do mundo real ou mesmo de um outro trabalho artístico. Trabalhos artísticos que modificam o mundo natural para propósitos expressivos são chamados abstratos. Aqueles que derivam de objetos

reconhecíveis, mas não o imitam, são chamados *abstração não-objetiva*. O oposto da abstração, nas artes plásticas, é *o realismo*.

No século XX, a tendência em direção à abstração coincidiu com o avanço da ciência, tecnologia, e inclusive refletiu um interesse na Teoria da Psicanálise. A definição de Carl Jung de abstração expandiu seu escopo para além do processo de pensamento para incluir quatro funções psicológicas complementares mutualmente exclusivas: *sensação, intuição, percepção e pensamento*. Juntas, elas formam a totalidade estrutural de diferenciação do processo de abstração. Este opera em uma dessas funções quando exclui a influência simultânea das outras funções e outras irrelevâncias, como as emoções. A abstração requer um uso seletivo dessa separação estrutural de habilidades na *psiquê*. O oposto da abstração, em Psicologia, é *o concretismo*.

Entre os economistas, a postura tradicional é achar que a Ciência Econômica está integrada por teoremas de validade universal, logo, só há uma única Ciência Econômica. Sendo baseada na razão humana, ela se expressaria por uma teoria geral, nesse sentido, atemporal e onipresente. Já a postura heterodoxa implica no rechaço desta *tese monoeconômica*. Adota a concepção de que os países antes colonizados possuem características econômicas distintas dos países industrializados avançados e que, em consequência, a análise econômica tradicional, inspirada na abstração de instituições pertencentes apenas a esses países desenvolvidos, deverá adaptar-se, em alguns aspectos importantes, quando se aplica aos países subdesenvolvidos.

Evidentemente, uma análise menos ideológica, abstraindo os interesses econômicos mais imediatos dos participantes desse debate, e com mais bom senso, percebe que esta é uma falsa polêmica. Os debatedores estão falando de coisas distintas, ou melhor, estão considerando diferentes níveis de abstração.

É possível obter o consenso que a Ciência Pura ou Abstrata, construída a partir do *método dedutivo-abstrato*, ou seja, obedecendo a lógica racional, é universal. Cabe também reconhecer que a Ciência Aplicada, pelo *método histórico-indutivo*, tem de reincorporar todas as áreas de conhecimento antes não consideradas no propósito de examinar os fenômenos econômicos em sua pretensa pureza.

Considerando que a estrutura institucional, política e socioeconômica da periferia é muito diferente da encontrada no centro, seu desenvolvimento não pode seguir da mesma forma tudo antes experimentado no centro sob os

auspícios do capitalismo. Dados os atrasos históricos, há variedades nacionais de capitalismo. E há “salto de (supostas) etapas”!

Esses dois planos de análise, ou melhor, esses dois níveis de abstração, necessariamente, têm de ser distinguidos, de maneira explícita, na formação de economistas no Brasil.

1.1 O que é: Abordagem Ortodoxa

As Diretrizes Curriculares Nacionais, através da Resolução N° 4, de 13 de julho de 2007, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, em bacharelado, em seu Art. 5° rege que eles deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras, e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I – Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento de Ciência Econômica e outras Ciências Sociais, abrangendo também aspectos Filosofia e Ética (geral e profissional), Sociologia, Ciência Política, Administração, Direito, Contabilidade, Matemática e Estatística Econômica;

II – Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados de Matemática, Estatística, Econometria, Contabilidade Social, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional, Economia Política, Economia do Setor Público, Economia Monetária e Desenvolvimento Socioeconômico;

III – Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando História do Pensamento Econômico, História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea; e

IV – Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo Atividades Complementares, Monografia, Técnicas de Pesquisa em Economia e, se for o caso, Estágio Curricular Supervisionado.

Considerando essas Diretrizes, uma grade curricular padrão é como se apresenta abaixo:

Grade Curricular do Curso de Ciências Econômicas Padrão do Brasil

<p>1º. SEMESTRE: EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO PROJETOS EMPRESARIAIS</p>	<p>2º. SEMESTRE: PRINCÍPIOS DE ECONOMIA I HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL CONTABILIDADE: ANÁLISE DE BALANÇOS</p>
<p>3º. SEMESTRE: PRINCÍPIOS DE ECONOMIA II TEORIA MICROECONÔMICA: CONSUMIDOR E FIRMA TEORIA MACROECONÔMICA: PRINCIPAIS MODELOS</p>	<p>4º. SEMESTRE: ECONOMIA MARXISTA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL ESTATÍSTICA ECONÔMICA TEORIA MICROECONÔMICA: MERCADOS TEORIA MACROECONÔMICA: OFERTA, DEMANDA E CRESCIMENTO</p>
<p>5º. SEMESTRE: ECONOMIA BRASILEIRA I ECONOMETRIA TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</p>	<p>6º. SEMESTRE: ECONOMIA BRASILEIRA II AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCO ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL</p>
<p>7º. SEMESTRE: ECONOMIA INTERNACIONAL ECONOMIA INDUSTRIAL</p>	<p>8º. SEMESTRE: ECONOMIA MONETÁRIA ECONOMIA AMBIENTAL VIDA PROFISSIONAL E FINANÇAS PESSOAIS</p>

Este é um curso compacto, enxuto na medida em que só há as disciplinas essenciais. A partir dele se forma um economista essencialista. Adota o ponto de vista metodológico que considera *a descoberta da essência das coisas* como a tarefa central da Ciência Econômica. Nesse sentido, designa como essa “essência da coisa” aquele elemento ou conjunto de elementos sem o(s) qual(ais) a coisa deixaria de existir. Nos termos metodológicos apresentados antes, aprende-se a levantar hipóteses testáveis.

Entretanto, percebe-se que o núcleo-duro (*hard-core*) do Programa de Pesquisa Científica (PPC) implícito nesse curso está nas doze disciplinas “verde-e-amarelas”. A estrutura dos PPC de Lakatos (1974) é composta por um

núcleo duro e um *cinturão protetor*. O *hard core* é constituído de axiomas não demonstráveis, portanto, não falsificáveis de acordo com a postulação de seus autores.

A *premissa* é considerada necessariamente evidente e verdadeira, fundamento de uma demonstração, porém ela mesma é indemonstrável, pois é originada, segundo os *racionalistas*, de princípios inatos da consciência ou, segundo os *empiristas*, de generalizações da observação empírica. Por exemplo, o Programa de Pesquisa Científica neoclássico tem como maior referência a Teoria de Equilíbrio Geral de Leon Walras, uma idealização não encontrada na realidade ou “a utopia dos liberais” com a qual permite críticas às instituições que impedem o funcionamento ideal do “livre-mercado”.

Essas *hipóteses do núcleo rígido* não podem ser rejeitadas nem modificadas. O núcleo é idealizado e cercado por um “cinturão protetor” de hipóteses auxiliares, organizadas em teorias, que visam dar conta de fenômenos mais próximos da realidade, portanto, sendo passíveis de serem testadas.

Segundo Kuhn (1962), há três tradições de pesquisa paralelas, porém amplamente interdependentes:

1. a teórica,
2. a experimental, e
3. a instrumental.

Cada qual é essencial para as outras duas, porém, elas possuem *per si* um bom espaço de autonomia relativa: *cada uma tem sua própria vida*. A imensa inovação experimental ou instrumental é simplesmente omitida na postura teórica que acha que a *ciência normal* pode conter uma grande porção de inovação, mas não exatamente de teoria.

A *ciência normal* não busca a inovação. Mas a inovação pode emergir do falseamento das hipóteses de teorias antes sustentadas. A atividade científica é enormemente importante, porém, a maior parte dela é *ciência normal*. Seu ensino visa o estudante aprender o que os membros da comunidade profissional já sabem.

Paradigmas são exemplos aceitos de prática científica, incluindo leis, teorias, aplicações, experimento e instrumentação. Proporcionam os modelos que criam uma tradição coerente e servem de compromissos entre os que compõem a comunidade científica.

Paradigmas são integrantes da *ciência normal*. Esta, praticada por uma comunidade científica ou profissional, continua enquanto houver uma profusão de coisas a fazer, problemas abertos que levam à pesquisa utilizando métodos (leis, instrumentos, etc.) reconhecidos pela tradição.

Tudo vai bem até que os métodos legitimados pelo paradigma não conseguem enfrentar o aglomerado de *anomalias*. Anomalias são *contrárias às regularidades* de leis e, de modo mais geral, *contrárias às expectativas*. Daí, resultam e persistem crises até que uma nova realização redirecione a pesquisa e sirva como um novo paradigma, isto é, quando ocorre um *deslocamento de paradigma*.

A questão-chave é: *o que liga os membros em um conjunto e os leva a considerar que trabalham na mesma disciplina?* Esta é a questão fundamental da sociologia do conhecimento a ser inquirida acerca de qualquer grupo identificado, no caso em foco, o composto por economistas brasileiros. O que mantém esse grupo unido como agrupamento de profissionais? O que leva esse grupo a dividir-se em seitas ou simplesmente a desfazer-se? Kuhn respondeu em termos de *paradigmas*.

Quais elementos compartilhados explicam o caráter relativamente não problemático da comunicação profissional e a relativa unanimidade do julgamento profissional? Para essa indagação, a resposta de Kuhn seria: “um paradigma” ou um “conjunto de paradigmas”.

Esse sentido global da palavra “paradigma” é constituído por vários tipos de comprometimentos e práticas, entre as quais, generalizações simbólicas, modelos e exemplos. Porém, quando o paradigma é ameaçado por uma crise, a própria comunidade profissional encontra-se em desordem.

A *inovação*, para Kuhn, é a marca registrada da ciência. Sem *revolução*, a ciência degeneraria. Se houver um *deslocamento de paradigma*, uma revolução de ideias, conhecimento e projetos de pesquisa, a nossa visão da espécie de mundo em que vivemos mudará. A nossa visão de mundo muda, embora o mundo permaneça o mesmo.

Existe apenas um mundo, o mesmo de agora e de tempos passados. Mas nós podemos alimentar a esperança de um mundo melhor no futuro em um sentido estrito de que ele será o mesmo mundo, porém, melhorado por novas descobertas científicas incorporadas em práticas tecnológicas e/ou institucionais. Um mundo institucional melhor é possível!

1.2 *O que deveria ser: Abordagem Pluralista*

Os economistas ortodoxos argumentam que a tarefa primária é analisar os princípios da escolha racional em teoria. Consideram, em geral, algo próximo ao contrassenso falar de um investigador que se põe a escolher uma teoria dentro da qual irá trabalhar que não seja sob os critérios da racionalidade, competitividade e disponibilidade.

Sob o ponto de vista da ciência contemporânea, iniciantes que entram na graduação ou na pós-graduação têm de escolher o laboratório em que eles terão de “dominar as ferramentas de seu mestre, sim senhor”. Porém, nem por isso eles estão escolhendo uma única teoria, mesmo se estiverem escolhendo o curso de sua vida futura.

Aí se coloca outra questão-chave: será que alguém será eternamente marxista ou neoclássico ou keynesiano se entendeu o que é Ciência distinta de ideologia? O próprio Keynes não disse que, quando mudam os fatos, ele muda de teoria? Só membros de igrejinhas sectárias não estudam e adotam outra teoria se ela atende melhor aos desafios intelectuais...

As investigações em larga escala, por exemplo, usualmente, requerem a colaboração entre muitas especialidades que, em detalhe, são opacas uma à outra. Aí chegamos ao tema contemporâneo: *Economia Interdisciplinar exigida pela Ciência da Complexidade*.

A *especialização* é um fato da civilização humana, pois a divisão de trabalho aumenta a produtividade. No caso das ciências, é necessário especializar-se em determinada área de conhecimento. Mas a Ciência multidisciplinar foi retomada à medida que houve uma constante proliferação de informações na rede social de relacionamentos que ultrapassaram aos limites metodológicos de apenas uma comunidade científica.

Para Kuhn, desde 1962, isso era previsível, pois a Ciência é darwiniana e as revoluções científicas são, com frequência, como *eventos de especiação*. Estes levam à formação de novas espécies através de um processo evolutivo pelo qual uma ou mais populações de uma espécie se tornam geneticamente diferentes. Neles, uma espécie se parte em duas, ou uma espécie tem continuidade, porém com uma variante ao lado seguindo sua própria trajetória.

Na crise, mais de um *paradigma* pode emergir, cada qual capaz de incorporar um grupo diferente de anomalias e ramificar-se em novas direções de pesquisa. À medida que essas novas subdisciplinas se desenvolvem, cada uma com suas próprias realizações sobre as quais a pesquisa é modelada, torna-

se crescentemente difícil para os praticantes de uma entender o que a outra está fazendo. Isso trata-se de um fato familiar de vida de qualquer cientista atuante em debates ou laboratórios.

Assim como novas espécies são caracterizadas pelo fato de que elas não são híbridas, do mesmo modo novas disciplinas são, até certo ponto, mutuamente incompreensíveis. Esse é um emprego da ideia de *incomensurabilidade*. Antes, era a ideia de que, no curso de uma revolução e da mudança de paradigma, as novas ideias e asserções não podiam ser estritamente comparadas às antigas. Depois, passou a ser a ideia de que uma nova teoria não é escolhida para substituir uma antiga por ser verdadeira, mas sim por causa de uma mudança de concepção de mundo. Não se trata de, simplesmente, *escolha de teoria*.

Tal é a *estrutura das revoluções científicas* segundo Kuhn (1962):

1. antes de tudo, *intuições* (ou preconceitos) caracterizam uma *pré-ciência* em que teorias doutrinárias disputam a hegemonia,
2. depois, *ciência normal* com um *paradigma* e dedicação para solucionar os quebra-cabeças deparados na realidade circundante;
3. em seguida, surgem sérias *anomalias*, que conduzem para uma *crise*; e
4. finalmente, *revolução e resolução da crise* por meio de um *novo paradigma*.

O conhecimento científico é cumulativo, vai construindo sobre prévias marcas de ascensão para escalar novos picos. Após uma revolução científica, pode haver um deslocamento substancial nos tópicos estudados de modo que a *nova ciência* não se endereça a todos os velhos tópicos. Ela pode modificar ou abandonar muitos dos conceitos que, um dia, foram apropriados.

A *ciência normal* é uma instituição social que progride de modo veloz em seus próprios termos. As *revoluções científicas*, entretanto, são diferentes, pois modificam o domínio, até mesmo a própria linguagem em que falamos acerca de algum aspecto da realidade. De qualquer modo, ela deflete – ocasiona alteração ou desvio da posição da ciência normal para a resistência conservadora – ao apresentar uma nova porção da realidade a estudar.

As revoluções científicas progridem para longe das concepções prévias de mundo, que se precipitam em dificuldades cataclísmicas. Isso não é progresso rumo a uma meta preestabelecida. É progresso que se afasta de algo que outrora funcionava bem, mas não mais manipula com competência seus próprios problemas (Hacking, 2013).

Estudo Economia desde 1971, quando se iniciou a massificação dos cursos superiores e, em especial, a formação da sub-casta dos economistas como sábios-tecnocratas. Depois de todo esse tempo, cheguei à simplíssima conclusão que um bom curso depende, fundamentalmente, do domínio da matéria e do didatismo do professor, criando motivação para o aluno estudar sob sua orientação, em aprendizagem ativa com seus pares. Esta área de conhecimento – Ciência Econômica – começou de maneira *multidisciplinar* no século XVIII como Economia Política (*período clássico*); depois, na virada do século XIX para XX, dividiu o trabalho de pesquisa com Ciências Afins e se tornou Economia Pura (*período neoclássico*); agora, no século XXI, está resgatando seu caráter *interdisciplinar*.

A partir de minha longa experiência profissional como docente e pesquisador acho que um bom economista é aquele capaz de fazer uma *abordagem pluralista e não sectária*. Possui conhecimentos e habilidades para trabalhar nos três níveis de abstração: teoria pura, teoria aplicada e capacitação de tomar decisões práticas.

Decisões	Resultantes
Preços e Moeda	
Decisão de fixar a margem de lucro e/ou o preço: Decisão de carteira e financiamento. Estrutura de mercado. Teorias da firma.	 Mercado de Ativos e Nível dos Preços: Conceito de dinheiro. Funcionamento do sistema bancário. Criação (e multiplicação) da moeda. Inflação. Crise financeira.
Produção e Emprego	
Decisão de produzir: Concepção clássica da divisão do trabalho e da produtividade. Teoria do valor-trabalho. Fundamentos neoclássicos para a lei da oferta e da demanda. Fundamentos teóricos das Contas Nacionais.	Nível de Emprego e Mercado de Trabalho Teorias da determinação do salário. Teorias do desemprego. Funcionamento do mercado de trabalho não-qualificado em uma economia atrasada. Reflexos das transformações tecnológicas e econômico-financeiras recentes no mundo do trabalho.
Gastos, Ciclo, Tendência do Crescimento e Desenvolvimento Econômico	
Decisão de gastar: Teoria do Consumidor. Determinantes do ciclo de investimentos. Intervenção governamental e superávit do comércio exterior para recuperação econômica. Determinantes da tendência de crescimento em longo prazo.	Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Teorias do desenvolvimento. Pensamento estruturalista sobre o desenvolvimento. Nova teoria do crescimento endógeno. Abordagem amigável do mercado. Enfoque <i>neo-schumpeteriano</i> do desenvolvimento.
Relações Internacionais	
Decisões de Políticas Macroeconômicas em Economia Aberta: Política monetária. Política fiscal. Combinação da política monetária, política fiscal e regimes cambiais em distintos graus de mobilidade de capital.	 Mercado de Câmbio e Balanço de Pagamentos: Conceitos e definições da taxa de câmbio. Cobertura do risco do câmbio. Fatores determinantes da taxa de câmbio. Abordagens do balanço de pagamentos. Teoria do comércio internacional.

No Quadro acima, apresento uma listagem de temas fundamentais que, a partir de minha experiência docente, um curso de Economia atualizado deveria contemplar. Coerente com a *abordagem pluralista*, basicamente, trata-se da inversão daquela matriz de dupla-entrada da grade curricular de um curso padrão de Ciência Econômica: em vez do estudante focalizar-se na escolha de uma determinada escola de pensamento, ele foca-se nos *temas essenciais* e, dentro de cada qual, aprende as *diversas alternativas teóricas*, seja ortodoxa, seja heterodoxa.

Os diferentes autores e/ou as linhas de pensamento econômico devem ter suas contribuições subordinadas à explicação de cada *tema*. Mas o domínio deste – *o assunto* – é o mais importante. O conhecimento das linhas deve ser prioritário face à escolha de uma coluna, por exemplo, no Quadro abaixo de dupla-entrada.

QUADRO 1.2: PRINCIPAIS CORRENTES DO PENSAMENTO ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO

	Economia Política	Neo-keynesiana	Pós-keynesiana	Síntese Neoclássica	Monetarista / Novoclássica
Posição política	esquerda	centro-esquerda	centro	centro-direita	direita
Representantes	Mandel, Sweezy, Dobb, Aglietta, Brunhoff, Boyer	Joan Robinson, Kaldor, Kalecki, Sraffa, Garegnani	Shackle, Weintraub, Davidson, Minsky, Kregel, Moore	Hicks, Tobin, Samuelson, Solow, Blanchard, Dornbusch	Friedman, Schultz, Stigler, Becker, Lucas, Sargent, Barro, Hayek
Moeda	ênfase nas forças reais, moeda como instrumento de poder	ênfase nas forças reais, moeda acomodacionista	forças reais e monetárias inter-relacionadas	moeda importa para quase tudo	somente a moeda importa
Taxa de salário	base da extração do excedente	âncora do sistema de preços	âncora do sistema de preços	um entre os vários preços	um entre os vários preços
Distribuição de renda	questão mais importante	objeto prioritário de estudo	sem destaque	resultante do sistema de equilíbrio geral	não é objeto de exame científico
Teoria do capital	acumulação depende do exército industrial de reserva	acumulação depende do conflito distributivo	teoria da escassez (quase-rendas)	teoria da produtividade marginal	funções de produção bem comportadas
Teoria do emprego	possível qualquer nível de emprego; pleno-emprego gera crise	possível qualquer nível de emprego; ênfase no crescimento com pleno-emprego	possível qualquer nível de emprego; pleno-emprego é meta	assumido o pleno-emprego; desemprego é situação de desequilíbrio temporário	assumido o desemprego natural a longo prazo; a curto prazo, depende da ilusão monetária
Inflação	devido a choques de custos e/ou de margens de lucro	devido ao conflito distributivo	devido às expectativas incertas	a curto prazo, "trade-off" com desemprego; a longo prazo, inercial	fenômeno monetário devido ao déficit público causado pela política de pleno emprego
Papel do governo	regulação do mercado ou socialização dos meios de produção	políticas de controle de rendas	política de gastos públicos contra-ciclo	"laissez-faire" exceto para alguns macro-controles ocasionais	"laissez-faire" ou livre-mercado

Fonte: A partir de DAVIDSON, Paul. Money and the real world. New York-Toronto, John Wiley & Sons, 1972

Em cada tema, o professor deve ser capaz de apresentar as diferentes contribuições de todas as correntes de pensamento relevantes. Um bom economista necessita ser plural e não simplesmente se reduzir à autodenominação de ortodoxo ou heterodoxo.

Na coluna “Decisões”, os temas podem ser vistos também como parte das Teorias das Escolhas para enfrentar os problemas “microeconômicos”:

- 1 fixar preços e/ou margem de lucro,
- 2 produzir para mercado interno ou externo (importar/exportar),
- 3 gastar (consumo e/ou investimento),

4 regular economia de mercado via política econômica.

Na coluna “Resultantes”, com uma *visão sistêmica*, apresentam-se os costumeiros problemas “macroeconômicos”:

- 1 inflação,
- 2 desemprego,
- 3 estagnação, recessão ou depressão (ciclo e tendência), subdesenvolvimento,
- 4 crise cambial.

Há quatro temas fundamentais, tanto em Microeconomia, quanto em Macroeconomia. Mesmo essa divisão entre Micro e Macro é artificial, pois na realidade seus conteúdos se interagem como todos os componentes de um Sistema Complexo, como é a Economia. Entendendo-se isso, pode-se passar à etapa de denominar as disciplinas que se referem às partes do todo.

O Núcleo de Teoria Pura, de mais alto nível de abstração dos fenômenos econômicos puros, poderá ser oferecido em 4 semestres letivos, após a Introdução à Economia, do 2º ao 5º (inclusive). Este curso de Introdução deveria apresentar, de maneira panorâmica, como as diversas disciplinas se subordinam à essa metodologia dos três níveis de abstração.

Pode ser entremeado com o Núcleo de “Teoria Aplicada” ou “Outras Ciências”, onde se desce um degrau para o nível médio de abstração e há reincorporação do antes abstraído para extrair os fenômenos econômicos “puros”: Sociologia, Política, Filosofia, Ética, Direito, Cálculo, Estatística, Econometria, Matemática Financeira, Contabilidade (Empresarial e Nacional), Administração, etc.

O Núcleo “Arte da Economia” ou “Política Econômica”, tem como pressuposto o conhecimento teórico e conceitual antes apresentado e propicia datar e localizar as intervenções na realidade via decisões práticas: História Econômica Mundial (inclusive Economia Internacional) e Brasileira (inclusive Contemporânea), Finanças (Públicas, Corporativas e Pessoais / Comportamentais).

Finalmente, nos últimos semestres letivos de um curso de Economia atualizado, deve ser oferecido um Núcleo de Disciplinas Eletivas, destacadamente aquelas de especializações setoriais como Economia Agrícola e de Meio-Ambiente, Economia Industrial, Economia de Serviços, Economia Monetária e Financeira, Avaliação e Mitigação de Riscos, Vida Profissional e

Finanças Pessoais, etc. Elas permitirão atualização teórica e darão flexibilidade à formação generalista, dirigida ao mercado de trabalho contemporâneo, seja profissional (treinamento), seja acadêmico (pós-graduação), já que o estudante, pós-tudo, dominará a arte fundamental de “aprender a aprender”.

Este Ensino de Economia, onde se oferece e aprende-se a senha de onde acessar e como processar dados e informações de maneira lógico-conceitual e analítica, propiciará o autodidatismo necessário para continuidade da acumulação de Capital Intelectual no resto de nossas vidas...

Capital Humano é a capacidade pessoal (e intransferível) de ganho da vida. Em vez de ser pecuniário, o segredo da felicidade é gostar de o que se faz no dia-a-dia. No caso, sentir que você faria de graça o que ainda te pagam para fazer!

Mas, para tanto, necessita-se de professores com grande domínio desses temas e não de apenas determinada corrente ou escola de pensamento econômico. E isto é um problema, pois a maioria dos economistas costuma “colar um rótulo em sua testa”, tipo “*eu sou neoclássico*”, “*eu sou keynesiano*”, fora os que acham que inovam antepondo “*novo*”, “*pós*”, “*neo*”, etc. Brinco dizendo que “pós-tudo, necessita-se de ex-tudo”...

2 Economia Aplicada

2.1 O que é: Disciplinas Instrumentais, Setoriais e de Ciências Afins

Após o “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), com as revoltas estudantis, inclusive expressa em luta armada, a ditadura militar teve de atender à demanda social, oferecendo uma lenta e gradual expansão do Ensino Superior no Brasil (confira no Anexo Estatístico). Emergiu, então, uma nova classe média universitária, ainda muito minoritária, porém com fortes alianças com a casta dos sábios-tecnocratas. Ela se aproveitou da concentração de renda e riqueza financeira, em especial do *boom* da Bolsa de Valores em 1971, e imobiliária com o crescimento da urbanização com o SFH até a crise dos mutuários no final do regime militar. Dada a dicotomia entre *dinheiro-de-rico* (“moeda indexada”) e *dinheiro-de-pobre* (sem proteção contra o regime de alta inflação), buscou a proteção da correção monetária face à crescente inflação.

Nos anos 70, iniciou-se também a expansão dos cursos de pós-graduação, inicialmente só com Mestrados, posteriormente com Doutorados. Mais adiante foi implementada a exigência da escrita de uma monografia para

conclusão do curso de Ciência Econômica. O fato é que a formação de uma massa crítica de graduandos e pós-graduandos em busca de uma tese original a ser defendida levou à busca de conhecimentos especializados mais aprofundados tanto sobre áreas de conhecimentos quanto sobre os diversos setores de atividades.

Por exemplo, alguns desinformados sobre esse processo institucional consideram que a primeira geração de professores da Escola de Campinas, ainda pertencentes ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE), que integrava o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (1968-1984), constituiu sua “Era de Ouro”. Isto porque defendeu teses que reinterpretaram a história do capitalismo brasileiro sob um ponto-de-vista marxista não vulgar (ou estalinista), mesclado com teorias e conceitos keynesianos, kaleckianos e neoschumpeterianos. A segunda geração de professores, contratada para integrar o quadro docente do Instituto de Economia da UNICAMP criado em 1984, foi composta principalmente de mestres e doutores formados nesta Escola de maneira mais especializada, seja em assuntos, seja em setores de atividade.

Naturalmente, era de se esperar que os discípulos superassem os mestres como especialistas. Porém, ainda não apresentaram uma *visão sistêmica* – uma interpretação do Brasil – com a mesma reputação daquela da primeira geração. Não que não exista, como mostrarei mais adiante, mas sim seus autores têm menos acesso à mídia e mesmo aos convites para bancas julgadoras e seminários em outras Universidades para a apresentar e debater do que tinham seus mestres quando o ensino ainda não era massificado.

A experiência adquirida com cursos de aperfeiçoamento em planejamento econômico possibilitou dar início, em 1970, ao Curso de Graduação (Bacharelado) em Ciências Econômicas. Em 1974, teve início o curso de Pós-Graduação em Economia em nível de Mestrado e, em 1977, começou o curso de Doutorado em Economia. A partir de 1991, foram introduzidas áreas de concentração no curso de Doutorado: História Econômica, Teoria Econômica, Política Econômica (com três sub-áreas: Política Macroeconômica, Política Industrial e Política Agrícola) e Política Social. Além desses, o Instituto mantém um curso de Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo e cursos de Extensão nas áreas de Economia e Administração.

Ao lado dos cursos regulares, o Instituto de Economia desenvolve linhas de pesquisas aplicadas, destacando-se agricultura e meio-ambiente, economia industrial e da tecnologia, estrutura industrial, pequenas e médias empresas, concentração e disparidades regionais, emprego e salários, financiamento do setor público, sistema financeiro e políticas sociais. Até o presente, realizou mais de uma centena de projetos de pesquisas em convênio com outras instituições, sem mencionar diversas pesquisas individuais ou em equipes, realizadas com recursos próprios. Muitas foram publicadas sob forma de livros e artigos, mas diversas são conhecidas apenas por colegas e não pela opinião especializada da profissão ou mesmo pela opinião pública via mídias. Vários prêmios de reconhecimento foram concedidos a muitas dessas publicações.

O fato foi que o IE-UNICAMP se dividiu, institucionalmente, em Centros e Núcleos de Pesquisa tais como:

1 Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – CECON: criado em 1985, tem como objetivo acompanhar sistematicamente a evolução da economia e da política econômica no Brasil, assim como em outros países e regiões.

2 Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico – CEDE: instalado em maio de 1990.

3 Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais – CERÍ: criado em 8 de maio de 1985.

4 Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT: criado em 1989 e constitui-se de um Conselho formado por representantes do Instituto de Economia e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

5 Núcleo de Economia Agrícola – NEA: um centro de referência nacional voltado à discussão, pesquisa e desenvolvimento de projetos nas áreas Agrícola, Agrária e Ambiental.

6 Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia – NEIT: congrega desde 1985, docentes, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e colaboradores externos que desenvolvem pesquisas individuais e coletivas com esse tema.

7 Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR: instituído em 22 de dezembro de 1988.

8 Núcleo de Finanças – NIF: cuja linha de pesquisa propõe-se a avançar no estudo da teoria monetária e financeira na vertente pós-

keynesiana, com ênfase nos mecanismos de transmissão da política monetária e na interdependência das políticas macroeconômicas (fiscal, monetária e cambial).

9 Núcleo de História Econômica – NHE: estuda temáticas que permitam compreender a economia brasileira atual à luz de sua formação histórica, por exemplo, o passado colonial, a dinâmica e os efeitos do escravismo.

10 Núcleo de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia – NIMQAE: desenvolve de métodos estatísticos e econométricos aplicados a problemas econômicos e sociais em apoio às atividades de pesquisa e ensino realizadas no Instituto de Economia.

Dessa forma, as atividades de ensino, inclusive cursos noturnos, e pesquisa do Instituto de Economia da UNICAMP estão hoje a cargo de um corpo docente composto por 72 professores, dos quais alguns se encontram afastados exercendo mandato político ou cargo no setor público. Ele conta ainda com 4 professores colaboradores e 52 funcionários, entre estes, alguns pesquisadores vinculados aos centros de pesquisa.

O que fica claro, atualmente, é a dispersão desse corpo docente em pelo menos dez áreas de pesquisas especializadas. Quatro exemplos abaixo, entre as muitas disciplinas setoriais oferecidas, demonstram essa necessidade – uma demanda real – para dar conta do aprofundamento necessário na formação contemporânea dos economistas brasileiros.

Economia Ambiental: Estratégias para a Integração de Economia e Ecologia; Serviços Ecossistêmicos e Insumos: Sustentabilidade e Disponibilidade; Falhas de Mercado e Meio Ambiente; Risco, Incerteza e Ignorância Ambiental; Economia do Bem-Estar e/ou da Felicidade; Distribuição Intertemporal da Renda e de Riqueza; Fontes de Valor; Metodologias de Valoração; Modelagem da Complexidade Ecossistêmica e Elaboração de Indicadores; Mudança Societária: Consciência Coletiva Ecológica; Mecanismos Políticos para Soluções de Problemas Ambientais; Vigilância e Punição em Defesa do Meio Ambiente.

Economia do Agronegócio: Novo Padrão Agrícola Brasileiro; Inovação e Produtividade no Agronegócio; Segmentos Diferenciados do Setor Agrícola; Panorama Internacional da Transformação da Agricultura em Agronegócio; Avanços na Pesquisa Agropecuária; Análise da Competividade das Cadeias Agroindustriais Brasileiras; Estrutura Fundiária; Política de Crédito Rural;

Outras Políticas para o Setor Agropecuário; Transição Histórica: de Endividamento (BB) para Seguros e Hedge (BM&F); Mercados Futuros: Uma Introdução; Formação do Preço no Mercado Futuro.

Economia Industrial: Origens do Desenvolvimento Industrial Brasileiro; Breve Histórico do Desenvolvimento Industrial no Brasil; Transformação da Indústria Brasileira na Era Neoliberal; Formulação da Política Industrial no Brasil; Grau de Autonomia Tecnológica da Indústria Brasileira; Estrutura Espacial e Problema Regional da Industrialização; Análise do Desempenho Industrial por Períodos; Liderança de Crescimento entre Grandes Empresas Industriais; Dimensão Sistêmica da Competitividade; Dimensão Empresarial da Competitividade; Dimensão Estrutural da Competitividade; Diretrizes par o Desenvolvimento Competitivo da Indústria Brasileira.

Economia do Setor Público: Correntes de Pensamento Econômico sobre Finanças Públicas; Teoria das Finanças Públicas; Conceitos e Mensuração; Finanças Públicas no Regime Militar (1964-1984); Finanças Públicas no Regime de Alta Inflação (1985-1994); Finanças Públicas no Regime de Estabilização (1995-2016); Sistema Tributário Brasileiro; Crise da Previdência Social; Sistema Federativo e Descentralização de Receitas e Gastos Públicos; Necessidade de Decisões Políticas Cruciais; Lógica Neoliberal para o Programa Nacional de Desestatização; Estado Regulador e Parceria Público-Privada.

2.3 O que deveria ser: Economia Comportamental, Institucional, Evolucionária e Complexa

Do Texto para Discussão de Sakowski e Tóvolli (2015) extraio conceitos-chave, ou melhor, o jargão técnico da Ciência da Complexidade quando aplicada também à Economia. Quase como um glossário, ou seja, um dicionário de palavras de sentido obscuro ou pouco conhecido, apresento, esquematicamente, um conjunto de termos dessa área de conhecimento e seus significados para aplicações multidisciplinares. Analogamente, focalizo as interações dos componentes de um Sistema Complexo como é a Economia.

Sistemas Complexos abrangem um grande número de agentes heterogêneos, cuja interação leva à emergência macroscópica sujeita ao aprendizado e à cognição. Eles são compostos de camadas interconectadas, cada uma das quais dá suporte e restringe as outras camadas. Por meio de

mecanismos de retroalimentação (*feedback*) e adaptação, esses sistemas e seus agentes apresentam evolução interdependente.

Os agentes heterogêneos de um complexo sistema econômico são agrupados, por exemplo, em setor privado, setor público e setor de atividade:

- cada agente econômico aprende de um modo diferente,
- cada governo tem o seu método de incentivos e penalidades, e
- cada setor de atividade possui um modo particular de produzir e lucrar.

O aprendizado surge não somente das informações e normas transmitidas pelos governos, mas também é resultado das interações entre os agentes econômicos e outros indivíduos, seja Pessoa Física (CPFs), seja Pessoa Jurídica (CNPJs), em ambientes formais e informais.

Os sistemas econômicos complexos são formados por *camadas interconectadas*:

1. na perspectiva macro, eles englobam instituições governamentais, como os ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Trabalho, da Previdência Social, e dos Transportes, entre outros órgãos governamentais subsidiários como Banco Central, CVM, SUSEP, etc., todos podem ser considerados como partes do sistema complexo, uma vez que eles influenciam a alocação dos recursos orçamentários, as condições de planejamento indicativo para as empresas e a acessibilidade aos incentivos fiscais e creditícios;

2. em outro plano de análise, as empresas não podem ser separadas do contexto em que existem, pois fatores externos, como o cenário mundial ou a condição socioeconômica da comunidade onde se instalou, impactam o desempenho econômico dos consumidores e investidores;

3. similarmente, o setor produtivo estatal influencia e é influenciado pelo setor produtivo privado;

4. no nível interpessoal, os agentes econômicos interagem com seus concorrentes, reguladores, dirigentes sindicais ou patronais, governantes e sua comunidade como um todo;

5. enquanto no nível intrapessoal, o desempenho resulta de processos mentais influenciados por interesses pessoais, histórico

pessoal, níveis de hormônio, memória operacional e outras características específicas, como resposta a estímulos do ambiente.

Os traços econômicos em uma sociedade emergem, então, das interações de todas essas diferentes escalas, as quais não podem ser isoladas uma das outras. Devido à natureza complexa dos sistemas econômicos, as tradicionais metodologias lineares não são suficientes para capturar as dinâmicas desses sistemas.

A presença de *múltipla causalidade e não linearidade* pode até mesmo colocar em dúvida a validade externa de resultados obtidos em rigorosos experimentos aleatórios controlados, dado que o controle de todas as principais variáveis pode ser impossível em pesquisas econômicas.

Dada a natureza complexa da economia, as metodologias de sistemas complexos podem ajudar a analisá-la em diferentes formas:

a. primeiramente, o simples entendimento da complexidade dos sistemas econômicos pode ajudar os pesquisadores a se desprenderem de uma visão mecanicista da economia, regida por causalidades simples e controles que levam a resultados previsíveis.

b. em segundo lugar, a modelagem da economia a partir de pesquisas colaborativas pode fornecer uma melhor compreensão das dinâmicas do sistema, porque na tentativa de identificação dos principais elementos e regras de um sistema, pode-se entender, pouco a pouco, como os diferentes agentes se inter-relacionam, assim como simular os possíveis resultados de uma determinada intervenção, por exemplo.

A imensa disponibilidade de dados sobre economia também torna viável estudos de associação:

1. técnicas de aprendizagem automática e análise de rede podem fornecer *insights* valiosos sobre tendências ou aspectos específicos a serem investigados;

2. compreender a complexidade dos sistemas econômicos pode ser a maneira de se encontrar soluções simples, por exemplo, ao se conhecer a rede de relações compreendidas no sistema, é possível identificar os *nós centrais ou pontos de alavancagem* a partir dos quais poderiam ocorrer mudanças.

É importante mencionar que as metodologias de sistemas complexos não são um substituto dos métodos tradicionais de pesquisa econômica, mas sim um complemento.

O conhecimento sobre os sistemas econômicos pode surgir da combinação de:

1. pesquisas empíricas,
2. métodos quantitativos e qualitativos tradicionais,
3. estudos de associação, e
4. modelagem.

Vários estudos chamam atenção para os princípios da complexidade e a necessidade de se repensar a Economia, principalmente *a ressignificação das práticas tradicionais*. Há necessidade de se questionar *o modelo tradicional*, baseado nas teorias ortodoxas, e de se propor um novo *modelo heterodoxo* a partir dos pressupostos epistemológicos presentes nas teorias quânticas e biológicas.

O paradigma tradicional, inspirado na Física newtoniana, que tem como pressupostos a fragmentação e a visão dualista do universo, teve grande influência sobre o Ensino de Economia, o estudo e a prática pedagógica de seu professor. Sua prática educacional tem sido marcada por uma visão cartesiana de dicotomia das dualidades (sujeito-objeto, parte-todo, razão-emoção, local-global), em que se rejeita a articulação desses pares binários.

Observa-se uma subdivisão do conhecimento em áreas, Departamentos e Institutos, em que os princípios de fragmentação, divisão, simplificação e redução são dominantes, resultando em uma prática pedagógica descontextualizada. Esses princípios foram concretizados na Economia por meio de uma estrutura disciplinar do conhecimento, a qual acabou por perder significação. Isto porque as atividades pedagógicas têm enfatizado os aspectos instrutivos, em detrimento de aspectos criativos, reflexivos, construtivos e cooperativos.

Observa-se um processo rígido de transmissão de conteúdo que:

1. privilegia a memorização de informações isoladas; e
2. desconsidera o contexto, o envolvimento dos agentes econômicos e suas diferenças.

Cada agente econômico é concebido como um espectador, que deve copiar, memorizar e reproduzir os conteúdos apresentados por O Mercado, um ente sobrenatural, pois supõe-se ser onipresente e onisciente.

De forma geral, a maioria dos economistas tende a perceber e a interpretar o mundo a partir do método da Física newtoniana, em que a realidade é apresentada como estável, previsível e predeterminada. Logo, propicia uma metodologia mecanicista tipo causa-efeito entre duas variáveis fáceis de correlacionar e, supostamente, propicia a verificação de uma causalidade.

Contrapondo esta visão, as Teorias Quânticas e Biológicas darwinistas inspiram pressupostos epistemológicos como dialogicidade, relatividade, relacionismo, incerteza, propondo uma ressignificação das práticas econômicas. Em função disso, apresento, esquematicamente, uma Economia Comportamental, Institucional e Evolucionária, baseada nessa visão da Complexidade do Sistema Econômico.

A *Economia Comportamental* contempla a heterogeneidade dos vieses heurísticos. Alguns investidores (“*homo economicus*”) tentam se comportar conforme a idealização racional dos livros, fazendo análise fundamentalista. Outros (“*homo sapiens*”) têm apenas um processo de aprendizagem experimental, aprendendo por si só, através de tentativas e erros. Os especuladores profissionais (“*homo pragmaticus*”) aprendem sua estratégia com a cultura oral transmitida por seus pares experientes.

Finanças Racionais apresentam o modo de fazer uma precificação conforme os fundamentos, considerando os fluxos de caixa descontados, a diversificação de riscos e a hipótese do mercado eficiente para a tomada de decisões racionais por parte do *homo economicus*. Finanças Comportamentais apresentam outro modo de fazer uma precificação, considerando os vieses heurísticos, a dependência da forma (“efeito-enquadramento”) e a ineficiência do mercado para explicar as decisões emocionais do *homo sapiens*. A Arte da Especulação apresenta o terceiro modo de fazer uma precificação: conforme apostas, sem ilusão de ordem, sem diversificação e com limites para perdas e ganhos de acordo com a práxis do *homo pragmaticus*.

Vieses heurísticos são regras de bolso para simplificar o processo de tomada de decisão, baseadas em falsas generalizações. Exemplos comuns são: excesso de confiança; reação exagerada; representatividade; ancoragem;

disponibilidade; otimismo; perseverança; similaridade; diversificação ingênua; aversão à ambiguidade e à perda.

A *Economia Institucional* define que as instituições são as restrições criadas para dar forma às interações humanas. Restrições são as “regras do jogo”. Restrições informais são os códigos, os costumes e as tradições sociais. Restrições formais são as regras consolidadas na lei e na política de cada País.

Instituições emergem através do aumento do número de adeptos de uma determinada regra. Expressam conformidade com um hábito socialmente difundido. Hábitos não são apenas frutos de pensamentos automáticos, mas resultam da repetição de pensamento e ação consciente. Lógicas de ação consistem em um conjunto de regras socialmente compartilhadas e recorrentes de pensamento e comportamento. Constitui-se a partir de um modelo mental e regras de comportamento.

Lógica de ação, portanto, é um sistema de regras socialmente compartilhadas de pensamento e comportamento. Combina lógica de mercado, lógica cívica, lógica da família, e lógica religiosa.

Domínios de provisionamento são onde as atividades econômicas acontecem. Cada um de nós pertence a domínios diferentes em simultâneo: uma família; uma organização; um mercado; e uma comunidade. Cada pessoa executa uma função específica em cada um desses domínios: um pai; um funcionário; um consumidor, e/ou um cidadão.

Lógica de ação econômica é ligada à provisão, isto é, o ato ou efeito de prover. O provimento refere-se a um conjunto de artigos de consumo e uma reserva pecuniária necessários à manutenção de uma comunidade, família ou pessoa durante certo período. Diferentes lógicas de ação coexistem ou podem ser contrapostas umas às outras, o que gera um tipo de complexidade antes negligenciado em Economia.

Economia Evolucionária é a apropriação de contribuições da metodologia darwinista, como a seleção natural, a plasticidade fenotípica, etc. O reconhecimento de que parte do comportamento humano tem um fator biológico e genético propicia a concepção do sistema econômico como um sistema dinâmico e evolucionário.

Os agentes são inseridos em um mundo complexo, dinâmico e, essencialmente, incerto. Economia Evolucionária não abstrai a seleção natural do animal-humano nem reparte a realidade em Microeconomia e

Macroeconomia. Eles não são independentes desse meio – físico e social – no qual estão inseridos. Os indivíduos estão imersos no meio-ambiente natural e socioeconômico.

Economia Evolucionária não reduz o homem aos seus atributos meramente biológicos ou físicos nem o analisa, isoladamente, no nível individual, abstraindo o resultante da agregação. Abstrair tais atributos biológicos ou físicos não é considerado pela Economia Evolucionária saudável, pois são necessários à construção de uma Teoria do Julgamento, das Decisões e do Comportamento Econômico.

A estrutura do ambiente define se e em que medida as características particulares do indivíduo são relevantes para seu comportamento. Importa, sobretudo, a estrutura do ambiente onde ocorre o comportamento.

Economia Evolucionária, porém, rompe com o determinismo “totalitário” ou “coletivista” do holismo ao verificar que o meio-ambiente físico e socioeconômico deixa margem para as inovações, as rebeldias, as criatividade, as rupturas, as trajetórias caóticas, etc.

Holismo é a ideia de que as propriedades de um sistema, inclusive o composto por seres humanos, não pode ser explicado apenas pela soma de seus componentes: O Todo é maior que essa soma de As Partes. O sistema como um todo – o meio-ambiente físico e socioeconômico – seleciona socialmente os comportamentos adequados a si próprio, em certas circunstâncias, mas é um corpo mutante não determinístico. Passa por permanente retroalimentação dinâmica na sequência (re)avaliações individuais – decisões práticas – constituição do ambiente incerto.

Os seres humanos são sujeitos de Sistemas Complexos. Por causa disso, é necessário o estudo da *Economia da Complexidade*. Ela permite verificar a emergência de fenômenos macrossociais a partir das interações dos diversos componentes individuais, particulares e setoriais. Analisa o todo no plano da teoria, conceitual e formalmente, como um Sistema Adaptativo Complexo que se desenvolve, processualmente, pondo e repondo desencontros de planos, expectativas ou mesmo de contradições estruturais, em constante processo de emergência e auto-organização sem autoridade e/ou planejamento central.

Conceito-chave é o de *dependência de trajetória*, aquele que afirma que a história importa, porém, o futuro indeterminado se afasta das condições iniciais. A economia é um sistema aberto, cujo estado inicial não é

completamente conhecido. Então, decisões *ex-ante* são vistas *ex-post*, isto é, a partir do “ponto de chegada” atual, composto de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento. Esta imprecisão dos dados iniciais irá se refletir na qualidade da previsão que os economistas são capazes de fazer sobre o estado futuro desse Sistema Complexo.

Porém, simplicidade muitas vezes é a contrapartida da complexidade. Assim, para qualquer problema, quanto mais você o desfocar e observar toda sua complexidade, maior a chance de focalizar nos detalhes simples que mais importam. Construir boas ferramentas de visualização de redes, cadeias e interconexões ajuda a desvendar a complexidade.

Se você focar apenas em uma ligação, e então excluir o resto, ela na realidade fica menos previsível do que se você considerar todo o Sistema Complexo e escolher as esferas de influência que mais importam. Muitas vezes é uma particularidade de um nódulo que importa para abranger toda a complexidade. Em uma rede ordenada, focalizar o nódulo-chave, e olhar um grau, dois graus, três graus além deste nódulo permite eliminar a maioria do diagrama que está fora da esfera de influência.

Das interações entre agentes heterogêneos e meio-ambiente físico e socioeconômico surgem propriedades emergentes com classes de comportamentos. É possível a *auto-organização* sem autoridade ou planejamento central. Isso não é equilíbrio estático.

Economia da Complexidade dá importância à não linearidade – desvios, percalços ou complicações – com ênfase na dinâmica, variações ao longo do tempo, com dependência de trajetória e retroalimentação. Fazem parte dela noções de aprendizado, adaptação e evolução com inovação.

O que se pode fazer é a modelagem em escalas menores, dada a redundância da 1:1, a escala perfeita e inútil. Os economistas podem pesquisar as regras de interações, porém, sem a ilusão de que terá a possibilidade de dedução precisa de seu determinismo caótico. Enfim, a necessidade de maior humildade quanto ao seu saber se torna uma imposição da realidade sobre a profissão.

3 Arte da Economia

Embora muitos dos serviços públicos possam ser prestados pelos mercados e por cidadãos particulares, o grau de coordenação necessário para seu funcionamento em larga escala, em geral, *requer a intervenção de uma*

autoridade central. Assim, o Estado apresenta vínculos inexoráveis com as instituições econômicas, comopositor da lei e da ordem, da propriedade privada e dos contratos, e em geral como prestador fundamental de serviços públicos. As *instituições econômicas inclusivas* precisam do Estado e dele fazem uso.

Em nenhuma das sociedades atrasadas, o poder do Estado foi usado de modo democrático na prestação de serviços públicos fundamentais, a fim de promover a prosperidade. Em nenhuma dessas sociedades houve condições igualitárias de atuação econômica nem um sistema jurídico imparcial. Na América Latina, o Poder Judiciário serviu de ferramenta de discriminação contra a maior parte da população.

Acemoglu e Robinson (2012) chamam essas instituições, cujas propriedades são opostas às daquelas ditas “inclusivas”, de *instituições econômicas extrativistas*, por terem como finalidade a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro.

Um elemento central da Teoria da Desigualdade Mundial, elaborada por esses autores, é a ligação entre instituições econômicas e políticas inclusivas e prosperidade. *Instituições econômicas inclusivas*, que asseguram os direitos de propriedade, criam condições igualitárias para todos e incentivam os investimentos em novas tecnologias e competências. Elas têm maiores chances de conduzir ao crescimento econômico do que as *extrativistas*, que são estruturadas de modo que poucos possam extrair recursos de muitos e mostrem-se incapazes de proteger os direitos de propriedade ou fornecer incentivos para a atividade econômica.

As *instituições econômicas extrativistas* são sinergicamente ligadas às suas *equivalentes políticas*, que concentram poder nas mãos de uns poucos. Estes são incentivados, assim, a manter e desenvolver instituições econômicas extrativistas em benefício próprio, usando os recursos obtidos para consolidar seu controle do poder político.

É do maior interesse de toda e qualquer elite estimular ao máximo o crescimento, de modo a ter mais a extrair. Porém, o crescimento sob instituições extrativistas não será sustentado, por duas razões principais.

Primeiro, para ser sustentado, o crescimento econômico requer *inovação*. Esta, por sua vez, não pode ser dissociada da *destruição criativa*, que não só vem substituir o velho pelo novo no âmbito econômico como também

desestabiliza as relações estabelecidas de poder na esfera política. Dado o temor que as elites que dominam as instituições extrativistas têm da *destruição criativa*, elas vão resistir, e qualquer crescimento que eventualmente venha a ocorrer sob instituições extrativistas está fadado a ter vida curta.

Em segundo lugar, a capacidade que têm aqueles que dominam as instituições extrativistas de beneficiar-se imensamente, em detrimento do resto da sociedade, implica que *o poder político*, sob instituições extrativistas, é um bem cobiçado, o que leva inúmeros grupos e indivíduos a disputá-lo. Por conseguinte, emergem forças poderosas que empurram as sociedades sob instituições extrativistas para *a instabilidade política*.

As sinergias entre *instituições econômicas e políticas extrativistas* criam um *círculo vicioso*, no qual as instituições extrativistas, uma vez instauradas, tendem a persistir. Analogamente, há um *círculo virtuoso* associado a *instituições econômicas e políticas inclusivas*. Vicioso ou virtuoso, porém, nenhum dos dois tipos de círculo é absoluto.

Com efeito, algumas nações vivem hoje sob *instituições inclusivas* porque, embora as *instituições extrativistas* tenham sido a norma ao longo da história, certas sociedades conseguiram romper o padrão e efetuar a transição rumo a instituições inclusivas.

Apresento, em seguida, diversas interpretações de como a economia brasileira tornou-se dependente dessa trajetória extrativista e ainda enfrenta o desafio dessa transição. O jogo de alianças, golpe e contragolpes dos poderes dinásticos das castas brasileiras leva à instabilidade política e à fragilidade da nossa democracia. Ao mesmo tempo, digladiam-se instituições inclusivas e extrativistas sem ainda se definir uma perene hegemonia.

3.1 O que é: Breve História do Pensamento Econômico Brasileiro

Segundo Ganem (2011, p. 54), a História do Pensamento Econômico Brasileiro no período 1964/1988 foi sistematizada por Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (2005), Guido Mantega (1997) e Bresser Pereira (1997). O trabalho de maior fôlego é o de Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi que organiza por ciclos ideológicos, dentro da linha do clássico de Bielschowsky (1988), *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, focado no período entre 1945 e 1964. Já Guido Mantega a sistematiza por *correntes ideológicas*, e Bresser Pereira, por *pactos e interpretações*. A proposta metodológica de Malta et al. (2011) vem se somar

às demais leituras sistematizadoras dessa História do Pensamento Econômico brasileiro, mas em outro plano: o de explorar as principais *controvérsias* do período sob análise, como a discussão sobre a tendência à estagnação, a distribuição de renda, os padrões de acumulação, a “revolução brasileira” e a retomada do desenvolvimento.

Bielschowsky (1988), com o método do livro clássico *História da Análise Econômica* de autoria de Joseph Schumpeter, organiza a História do Pensamento Econômico brasileiro, por *ciclos ideológicos*, dessa forma caracterizando os princípios normativos unificadores de políticas econômicas tais como o do liberalismo econômico e o do socialismo. No período 1945-1964, teria sido hegemônico o *desenvolvimentismo*, definido como o “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento, e decidido apoio do Estado”.

No debate ideológico dessa época, à esquerda se colocavam os *socialistas* que consideravam que a superação do subdesenvolvimento só se viabilizaria por meio da revolução socialista após a etapa de uma revolução burguesa nacionalista. Os *neoliberais* à direita consideravam que equilíbrio monetário e equilíbrio financeiro seriam necessários e suficientes para garantir a eficiência econômica da economia de mercado e levar o país ao desenvolvimento. Segundo Bielschowsky, os neoliberais e os socialistas estavam a reboque da *corrente principal desenvolvimentista*, seja a de centro-direita (desenvolvimentistas do setor público não nacionalista favorável ao capital estrangeiro), a de centro (desenvolvimentistas do setor privado defensores do protecionismo) ou a de centro-esquerda (desenvolvimentistas do setor público nacionalista propositores de planejamento e empreendimentos estatais), sendo pautados por ela.

Mantega (1984) partindo de uma tradição marxista, esboça uma “árvore genealógica da economia política brasileira” com base na construção de *modelos teórico-políticos*. Na sua concepção, o pensamento econômico brasileiro torna-se Economia Política a partir da publicação, em 1959, do livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. Depois deste primeiro esforço mais sistemático vão se produzindo outras contribuições teóricas que poderiam ser agrupadas em modelos que representam as três principais correntes de pensamento brasileiro:

1. *Modelo Democrático-Burguês*: conciliação da burguesia industrial com a oligarquia exportadora sob Estado de compromisso,

implementando proteção tarifária e infraestrutura, e propiciando divisas para importação e matérias-primas e alimentos agrícolas requeridos pela expansão urbano-industrial;

2. *Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista*: desigual e combinado, resultante da super-exploração imperialista dos trabalhadores locais e da imposição do papel de fornecimento de excedentes e produtos primários baratos;

3. *Modelo de Substituição de Importações*: industrialização tardia sob o capitalismo monopolizador da fronteira tecnológica e definidor da divisão internacional do trabalho, com demanda limitada pela concentração de renda.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, no livro que Maria Rita Loureiro organizou em 1997, intitulado “50 anos de Ciência Econômica no Brasil”, publicou um capítulo, denominado “Interpretações sobre o Brasil”, quando ainda estava como ministro de Reforma do Estado em todo o 1º mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995–1999). Depois, tornou-se ministro da Ciência e Tecnologia nos seis meses iniciais do 2º mandato, permanecendo nesse cargo até 19 de julho de 1999. Sua ruptura com o PSDB ocorreu após uma reflexão mais profunda sobre a Era Neoliberal (1990-2002).

Ele vê, nos sessenta anos anteriores a 1997, nove interpretações conflituosas se sucederem no cenário intelectual brasileiro. São elas:

(1) *a interpretação da vocação agrária*: interpreta o Brasil, no plano econômico, como um país rico e cheio de futuro por suas riquezas naturais e cordialidade interpessoal, com uma vocação agrícola definitiva, e, no plano social, como uma sociedade mestiça sem aparentes conflitos sociais e raciais, devido à necessária repressão.

(2) *a interpretação nacional-burguesa*: a partir da crítica à cultura oligárquica e marcada pelo complexo de inferioridade de ex-colonizados, que dominava o país, os novos intérpretes propõem-se buscar uma identidade cultural autenticamente nacionalista e a formular um projeto de industrialização que propiciaria a verdadeira independência para o Brasil;

(3) *a interpretação autoritário-modernizante*, própria do novo sistema de dominação, após “a Revolução de 1964” (isto é, o golpe militar), que viabiliza o pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista, enquanto os intelectuais de esquerda se dividem em três correntes;

(4) *a interpretação funcional capitalista ressentida*, em busca de culpados pela derrota de 1964, passa à negação radical de toda a interpretação nacional-burguesa, tornando-se incapaz de compreender corretamente os fatos novos – investimentos diretos estrangeiros realizados pelas corporações industriais multinacionais – que haviam a tornado superada, e adota o postulado básico de que “o Brasil sempre foi um país capitalista” ou então que “o eventual pré-capitalismo aqui existente sempre foi funcional para a acumulação capitalista”;

(5) *a interpretação da super-exploração imperialista*: não existe divisão na burguesia interna entre uma burguesia agrário-mercantil aliada ao imperialismo e uma burguesia industrial, pois a burguesia está solidamente unida e subordinada ao imperialismo, não sendo viável nenhuma proposta nacionalista que sirva de amortecedor da luta de classes, já que não resta outra alternativa à burguesia local, para poder se apropriar também ela do excedente, senão recorrer à violência autoritária ou fascista, para super-explorar os trabalhadores, restando como únicas alternativas para os povos latino-americanos a escolha entre o socialismo ou o fascismo;

(6) *a interpretação da nova dependência*, que consiste em demonstrar que os determinantes *externos* (imperialismo) da situação de dependência estão relacionados aos determinantes *internos* (estrutura de classes), caracterizando-se, segundo afirmam Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, em 1970, pela associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com uma tecnoburocracia estatal, civil e militar;

(7) *a interpretação social-desenvolvimentista*: uma retomada da estratégia de substituição de importações e intervenção estatal do nacional-desenvolvimentismo, com a diferença de que, após 1985, com a restauração da democracia, e dada a grande denúncia realizada pelos democratas sobre a concentração de renda agravada no regime militar, o aspecto social passava a ser fundamental;

(8) *a interpretação neoliberal*, cujos princípios são simples:

(a) *o indivíduo é intrinsecamente egoísta*, de forma que a ação coletiva em grandes grupos (o Estado) é inviável;

(b) *o Estado deve ser mínimo*, tendo como únicas funções econômicas a garantia do direito da propriedade e dos contratos;

(c) *a coordenação da economia deve caber exclusivamente ao mercado*, porque, embora os mercados não estejam isentos de falhas, as falhas dos governos são maiores;

(d) *a intervenção do Estado na área social*, além de permitir sua captura por interesses privados (*rent-seeking*), provoca efeitos não desejados na medida em que desestimula o trabalho árduo e estimula a preguiça.

(9) *a interpretação social-liberal da crise do Estado*, nasce do seu diagnóstico da Grande Crise Fiscal, para propor uma alternativa pragmática em que a afirmação social-democrática dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho e a um sistema previdenciário básico garantido pelo Estado se soma a afirmação liberal na crença no mercado e na competição.

No plano internacional, o *social-liberalismo* dos tucanos brasileiros reconhece a crescente interdependência dos países. Então, o interesse nacional deve ser examinado caso a caso, em contraposição à *visão entreguista-cosmopolita*, que aceita passivamente a liderança estrangeira, e à *visão nacionalista-burguesa*, que parte do pressuposto de que o Brasil não tem condições de negociar com as grandes potências, devendo, portanto, tratar de proteger seu mercado interno, ao invés de competir com o aumento da produtividade.

Era uma interpretação social, para Bresser-Pereira, porque afirmava claramente o papel do Estado nesta área. Era liberal porque privilegiava a coordenação da economia pelo Mercado, só admitindo a intervenção do Estado para corrigir suas falhas, jamais para substituí-lo.

Bresser-Pereira reconhecia a existência no Brasil de uma cidadania incompleta que dificulta a governabilidade democrática. Chamou o problema de “*a contradição da cidadania*: o Brasil conta com milhões de cidadãos-eleitores, mas que, dados seu baixo nível econômico e cultural e sua baixa capacidade de organizar-se ao nível da sociedade civil, em uma sociedade radicalmente heterogênea, esse cidadão tem condições limitadas de exercer os direitos e deveres da cidadania”. O intelectual então tucano subestimava a capacidade de organização política do PT pelos movimentos sociais populares.

Achava que a crise de governabilidade podia:

1. ser atribuída ao excesso de demandas que surgiram com a redemocratização do país,
2. ser a consequência da incapacidade das instituições de intermediar interesses,
3. finalmente, estar relacionada com a inexistência de um pacto político orientado para o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Porém, no século XXI, surgiram novas interpretações do Brasil. Aceitando que ambas correntes de pensamento econômico brasileiro progressista – *novo-desenvolvimentismo* e *social-desenvolvimentismo* – são uma tentativa de reprodução do Estado de Bem-Estar Social europeu em terras tropicais, elas herdaram o reformismo da socialdemocracia europeia como referência de política possível dentro dos parâmetros de uma democracia ocidental. Os social-desenvolvimentistas aproximam-se mais do trabalhismo sindical.

Nesse sentido, afastam-se da extrema-esquerda quanto à possibilidade de uma revolução, dirigida por uma vanguarda descolada das massas populares, possibilitar o alcance imediato do socialismo. Um socialismo realmente existente (SOREX) contrapõe à essa democracia liberal-burguesa uma pressuposta “ditadura do proletariado”. Infelizmente, o marxismo-leninista levou à experiência histórica do totalitarismo estatal que os socialistas democratas abominam.

A direita usou (e abusou de) essa referência histórica do SOREX soviético para reprimir todos os simpatizantes do socialismo utópico críticos ao mercado deficiente existente (MERDEX), classificando-os como ameaçadores “comunistas”. Daí a postura democrática em favor dos direitos e deveres da cidadania tem de ser explicitada como o pacto de convivência em uma sociedade antagonica, onde a maximização dos lucros capitalistas ocorre através da minimização dos custos salariais e gastos sociais com trabalhadores formais e informais.

No início do século XXI, o grande desafio da cidadania é findar com a distinção entre a cidadania *formal* e a *real* (ou substantiva) e ampliar-se com a conquista de direitos econômicos referentes ao salário mínimo, à estabilidade no emprego, ao acesso à bancos e crédito (cidadania financeira), à aposentadoria digna, à tributação progressiva, etc.

Nessa área, a direita neoliberal resiste mais em ceder, pois sua ideologia coloca, acima de tudo, “a liberdade das forças de O Mercado”. A esquerda contemporânea busca colocar travas institucionais na exploração dos mais poderosos sobre os menos poderosos. Isso sem impedir, pelo contrário, defendendo a concorrência.

Bastos (2012) aborda as propostas das duas correntes desenvolvimentistas identificadas no debate econômico atual brasileiro como o *desenvolvimentismo exportador do setor privado* e o *desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado*.

Em sua disputa por convencimento de seguidores para a interpretação do Brasil realizada pelo *novo-desenvolvimentismo*, Bresser-Pereira (2016) diz que não vê como possa ser feito a busca de um meio termo entre essa corrente de pensamento, que ele se apresenta como fundador, e a corrente denominada *social-desenvolvimentismo*. Ele demonstra ressentimento pelo suposto não reconhecimento alheio.

O *social-desenvolvimentismo* ignorou os modelos e as propostas políticas do *Novo Desenvolvimentismo*, mas não foi capaz de desenvolver novos modelos. Para ser uma alternativa ao Novo Desenvolvimentismo, o social-desenvolvimentismo também deveria ter um corpo de conhecimento teórico novo e relativamente sistemático, mas ficou prisioneiro de uma versão vulgar do keynesianismo ou de uma versão populista do Desenvolvimentismo Clássico, principalmente porque seus defensores foram incapazes de criticar o populismo cambial e o populismo fiscal que acabou por levar a experiência desenvolvimentista de 2003 a 2014 no Brasil a fracassar. Mostraram (...) forte viés em prol do consumo imediato.

Este é o incômodo básico de Bresser-Pereira, já que ele acredita, piamente, que o purgatório do sacrifício do consumo imediato será benéfico aos lucros esperados, incentivadores do investimento, e levará ao paraíso no futuro. Ele se incomoda com a advertência dos social-desenvolvimentistas que sua proposta de choque cambial será inflacionária e, portanto, deterioradora do poder aquisitivo geral no mercado interno. Ele imagina que os lucros dos exportadores superarão essa agrura, mesmo eles também sofrendo um choque de custos de insumos importados, salariais e de juros para combater o decorrente choque inflacionário. Acha que, apesar disso, o resultado será uma futura multiplicação de renda e emprego compensatória de todo o sacrifício no presente.

Para tanto, deveria demonstrar que o saldo de exportação líquida brasileira teria um potencial de ser muito maior do que o máximo demonstrado em toda a série histórica entre 1989 e 2016: US\$ 46,5 bilhões em 2007. E que o superávit comercial se transformaria em estrutural de maneira que resultasse, tal como ocorreu apenas entre 2003 e 2007, em superávit no balanço de transações correntes. O máximo foi 1,8% do PIB, em 2004, ano inédito na história econômica em que todas as economias no mundo cresceram. Nesse caso, o Novo Desenvolvimentismo poderia convencer a incautos sobre a real possibilidade de o modelo exportador asiático aqui ser adotado.

Analisando toda a composição do PIB pela ótica da demanda no período recente em que a exportação líquida foi positiva (2002-2008), o máximo que atingiu foi 3,9% em 2004. Neste único ano, então, o consumo das famílias ficou no patamar mínimo de 59,8% do PIB. Neste ano, a demanda doméstica contribuiu com 5,0% do PIB e a demanda externa líquida com 0,7%. Na realidade, além desse ano, após uma grande depreciação da moeda nacional em 2002 e início de um *boom* de commodities, apenas em 2002 com 2,5% e em 2003 com 1,7% que a demanda externa líquida contribuiu mais do que a demanda interna, respectivamente, com 0,2% e -0,5%, na composição do PIB. Por *razão prática* mais de que por *razão pura* que os social-desenvolvimentistas são céticos quanto à possibilidade da Ásia ser aqui...

O credo na panaceia da maxi depreciação da moeda nacional exige permanente profissão de fé para que se continue acreditando que ela possa remediar vários ou mesmo todos os males. Cabe a pergunta óbvia: se é assim tão fácil, por que ninguém fez isso antes? Só o Delfim, em 1979 e 1983, que conseguiu com choques cambiais inflacionários o efeito de derrubar a ditadura militar? O novo desenvolvimentismo herda a velha interpretação autoritário-modernizante?!

3.2 O que deveria ser: Social-Desenvolvimentismo

De acordo com essa crítica novo desenvolvimentista, os social-desenvolvimentistas seriam “traidores da classe operária”: uma “vanguarda intelectual de coração-mole” por atender à reivindicação do próprio proletariado de salários elevados e consumo imediato. Seriam do mal, porque teriam de saber disso, já que foram advertidos pelo bom modelo do Novo Desenvolvimentismo, enquanto os líderes sindicais, inconscientes dessa “boa” teoria, não conheciam nem seus próprios interesses!

Quanto à carência de status de sistema teórico, evidentemente, os social-desenvolvimentistas atualizados acompanham o debate na fronteira teórica expressa pelo tratamento da Economia como um Sistema Complexo, emergente das interações entre seus componentes comportamentais, institucionalistas e evolucionários. Preocupam-se com a dependência de trajetória caótica em que se afasta gradativamente de uma condição inicial sem rumo predeterminado. Por acharem que a futura auto-organização não pode ser prevista a priori, não se pautam pelo mecanicismo do modelo de equilíbrio geral ao qual se convergiria “em longo prazo” após um choque em preços relativos de maneira só favorável aos industriais exportadores. Para um teórico da inflação inercial, logo após o choque cambial todo o mundo aceitaria passivamente o seu novo lugar, estabelecendo-se uma compatibilidade distributiva...

Na verdade, o prócer rival demonstra desconhecimento da produção intelectual de quem critica e, assim, de seu “corpo de conhecimento teórico novo e relativamente sistemático”. Os social-desenvolvimentistas kaleckianos acham que os investimentos demonstram sim elasticidade em relação à taxa de lucro esperada, porém são desestimulados por elevação da capacidade produtiva ociosa. Em outras palavras, tanto a expansão no mercado externo, devido a uma elevação sustentada em longo prazo da taxa de câmbio real, indicador da competitividade nacional, quanto a expansão no mercado interno, devido ao aumento do salário real e o do consumo das famílias, ambos fatores são determinantes do investimento. Expansão do mercado interno e da exportação para o mercado externo devem ser vistos como metas complementares e não excludentes entre si.

Muito sinteticamente esquematizo algumas ideias-chave dos social-desenvolvimentistas:

1. há combinação dos fatores internacionais e domésticos na determinação do dinamismo do capitalismo brasileiro;
2. são as conjunturas históricas específicas que determinam a hierarquia das articulações concretas entre fatores externos e internos como elementos de obstáculo ou estímulo do crescimento;
3. o grau de dependência reflexa ou autonomia relativa da economia brasileira se altera ao longo dos ciclos históricos de *commodities* e liquidez internacional, atuando como fator limitante ou estimulante do crescimento;

4. a economia brasileira é suficientemente grande e complexa para retirar parte de seu dinamismo de fatores puramente endógenos, sobretudo da dimensão do seu mercado interno e da diversificação setorial;

5. ao mesmo tempo, a economia brasileira não é ainda capaz de engendrar ciclos próprios de inovação tecnológica;

6. no entanto, já possui uma base financeira doméstica capaz de financiar com certa autonomia o investimento em longo prazo, desde que a política de juros elevados não retire a competitividade de produtos financeiros que propiciariam o *funding* necessário.

Ao contrário do que sugere Bresser-Pereira, os social-desenvolvimentistas não têm nenhuma dificuldade para compreender a conhecida lógica do desenvolvimento capitalista, embora não a aceitam passivamente – “uma lógica frequentemente perversa, mas da qual o formulador de políticas não pode fugir”, pois “recaem sobre os trabalhadores, cujos salários são reduzidos, e sobre os rentistas, cujas taxas de juros e preços dos ativos caem, e não sobre os lucros, já que o objetivo do ajuste é restaurar a taxa de lucro”.

Na realidade, todos os desenvolvimentistas deveriam reagir a isso e se aliar – e não os novos desenvolvimentistas atacarem os social-desenvolvimentistas – contra uma *instituição econômica extrativista*, implantada na Era Neoliberal: a maior taxa de juro do mundo fixada, arbitrariamente, pelo Banco Central. Contra a eutanásia dos rentistas, e para o enriquecimento financeiro dos capitalistas, essa instituição econômica extrativista eleva o serviço da dívida pública. Daí todos os contribuintes se submetem à eterna busca do superávit primário na vã tentativa de cobrir o déficit nominal das finanças públicas.

Então, não haverá solução unilateral tanto na área fiscal quanto na tendência à apreciação da moeda nacional enquanto o juro for uma variável independente sob o livre arbítrio do COPOM-BCB (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil), provocando disparidade entre a taxa interna e a externa e elevando o cupom cambial. Falta-lhe o mandato dual, ou seja, limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego. Na prática da Velha Matriz Neoliberal, criou-se esta *instituição econômica extrativista* que espolia renda da maioria dos contribuintes em favor do rentismo de uma minoria.

Aceita-se isso como (con)sagrado! No entanto, instituições são construções humanas. Elas são criações culturais, não fenômenos naturais. Instituição é um conjunto de hábitos, costumes e modos de pensar cristalizados em práticas aceitas e incorporadas pela comunidade.

Formalmente, não existe independência do Banco Central no Brasil. Informalmente, os colonizados culturalmente tentam importar essa instituição dos Estados Unidos ou da Europa, porém sem o duplo mandato de lá. Não tem a obrigação de moderação nos seus impulsos, para deleite do enriquecimento de uma minoria rentista e extrativista de emprego e renda de uma maioria. Sob o argumento de alcançar o centro da meta de inflação, propicia uma brutal desigualdade na distribuição da renda e na acumulação de riqueza. O custo social do combate à inflação – perder o emprego – é muito superior ao benefício de não perder um pouco do poder aquisitivo.

Pior, quando o risco Brasil estressa os investidores, golpeia-se o governo de plantão. O pacto democrático-eleitoral não se firmou no Brasil. A frágil democracia brasileira foi novamente golpeada.

Uma realista interpretação do Brasil rejeita qualquer determinismo histórico, seja o neoliberal, seja o marxista. Porém, reconhece a dependência de trajetória, ou seja, que a história do passado importa, assim como as instituições formais ou informais, pelas quais a Nação se institucionaliza, gradativamente, de forma democrática, embora possa sofrer retrocessos sob forma de ruptura de alianças entre as castas via golpes e contragolpes.

4. O que é: Diagnóstico dos Cursos de Economia e da Profissão no Brasil

O atraso cultural de nosso País está revelado na história brasileira da formação tardia da casta dos sábios-universitários – confira no **Anexo Estatístico (AE)**. Ela se diferencia da casta dos sábios-pregadores ou sacerdotes de outrora. Está bem ilustrada no gráfico do AE. Antes da “modernização conservadora” da ditadura, ocorrida após o Golpe Militar de 1964, só se formaram 19.049 profissionais universitários em 1963. Eram 4,3 alunos matriculados por docente.

Depois da retomada da democracia, no final dessa série temporal, em 1998, essa relação já tinha se multiplicado para 12,9. E a casta dos sábios recebia 274.384 profissionais universitários no ano. No total acumulado nesses 35 anos já tinham se formado 5.954.028 universitários no País que possuía

população total de 169,5 milhões de habitantes. Essa minoria, por alguns classificada como a “elite intelectual”, era apenas 4% da população.

O economista profissional bem formado poderá ter sucesso nas seguintes áreas de atuação:

1. **ASSESSORIA:** determinar o nível ideal de produção e produtividade para fixar preços de venda com base em custos e margem de lucro adequados à estrutura de mercado e ao setor de atividade;

2. **PROJETOS:** colaborar em auditoria e perícia no que se refere às avaliações econômico-financeiras, elaborar projetos de investimentos;

3. **PESQUISA:** pesquisar, analisar e diagnosticar o mercado e a inflação, o custo de vida e o poder aquisitivo da população, a renda nacional e o nível de desemprego, a conjuntura econômica, o ciclo e a tendência de crescimento, o mercado de câmbio e o balanço de pagamentos;

4. **PLANEJAMENTO:** atuar nas áreas de planejamento econômico, financeiro e administrativo e propor o uso de instrumentos de política econômica para elevação do desenvolvimento socioeconômico;

5. **CONSULTORIA:** atender consultas em Economia e Finanças, visando o aumento da rentabilidade do patrimônio privado e a melhoria da prestação de serviços privados e públicos;

6. **ENSINO:** atuar como professor universitário e em Educação Financeira.

Dessa forma, o economista pode atuar como docente e pesquisador em Instituições de Ensino Superior, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica; no planejamento econômico de empresas privadas e órgãos públicos; no mercado financeiro (bancos, bolsas e corretoras de valores); em institutos de pesquisas econômicas; em instituições financeiras; em organismos internacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

Coordenadores de Ensino têm se queixado da queda da demanda de vestibulandos pelo Curso de Economia. Muitos cursos ficam em torno da média, por exemplo, da Universidade Estadual de Londrina (UEL): 3 candidatos / vaga (C/V). Em 2015, PUC-SP ficou com C/V de 2,3 e a PUC-RJ, 4,9 (541 por 110). Esta aumentou para 5,3 em 2016. No caso da UFRJ, em 2010, teve 1.292 candidatos para 160 vagas, ou seja, C/V de 8,1. Em 2011,

diminuiu a oferta de vagas para 120 e com 1.389 candidatos aumentou sua relação para 11,6.

No Rio de Janeiro, a FGV/EPGE – Escola Brasileira de Economia e Finanças, apenas no período diurno, conceito 5 (Máximo) no ENADE, obteve relação C/V de 15,1 no vestibular de 2015. A FGV/EESP – Escola de Economia de São Paulo, cobrando mensalidade de R\$ 3.506,00, exigindo período integral, também obteve relação C/V de 15 no primeiro vestibular do mesmo ano 2015.

Em São Paulo, explorando a formação para o mercado financeiro, o INSPER, cujo valor da mensalidade para Administração e Economia durante o ano de 2016 é R\$ 3.920,00, enquanto o de Engenharia é R\$ 3.136,00, oferece 150 vagas em Administração (concorrência de 6,62 candidatos/vaga) e 75 em Economia (concorrência de 4,81 candidatos/vaga). Seu aluno pode obter dupla titulação em Administração e Economia, cumprindo horário integral (manhã e tarde) com apenas um ano a mais de estudo. Com apenas mais um ano de pagamento dessa mensalidade, ele pode se graduar em ambos os cursos. Para isso, o INSPER afirma que sua grade curricular é fortemente integrada.

A FUVEST 2016 anunciou para Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuária em São Paulo 590 vagas para 5745 candidatos, ou seja, a relação C/V de 9.7. Para Economia Empresarial e Controladoria em Ribeirão Preto, respectivamente, 63; 373; e 5,9. Para Economia em Piracicaba: 40; 299; e 7,5. Para Economia em Ribeirão Preto: 40; 465; e 11,6.

Cursos de Graduação Presencial - Brasil - 2003

Cursos	Matricula		Concluinte	
	Número	Percentual	Número	Percentual
Administração	564.681	14,5	63.688	12,1
Ciências Contábeis	157.991	4,1	21.800	4,1
Economia	61.584	1,6	7.761	1,5

Cursos de Graduação Presencial - Brasil - 2014

Cursos	Matricula		Concluinte	
	Número	Percentual	Número	Percentual
Administração	1.348.616	17%	229.722	22%
Ciências Contábeis	353.597	5%	45.485	4%
Economia	49.421	1%	5.650	1%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> (elab. Fernando Nogueira da Costa)

O IE-UNICAMP tem uma trajetória histórica distinta em termos de sua demanda comparada com a desses cursos. No vestibular de 1996, ofereceu 70 vagas e teve 1.190 inscritos: C/V de 17. Em 2003, já com a ampliação de mais 35 vagas em Curso Noturno, teve neste a C/V de 21,2 e aumentou no Integral para 21,5. Em 2015, aumentou neste Integral para 24,4 e em 2016 para 25,6. No Noturno, nesses últimos anos, C/V de 21,7 e 26,1. Em outras palavras, sua graduação se destaca por ter demanda “fora-da-curva”, isto é, com inclinação positiva e crescente.

No Mestrado, o IE-UNICAMP também se destaca com C/V de 17,4, oferecendo 15 vagas, embora esteja pouco abaixo da FGV-EPGE (20 vagas e C/V de 18,4), PUC-Rio (17 vagas e C/V de 19), CEDEPLAR-UFGM (15 vagas e C/V de 19), IPE-USP (25 vagas e C/V de 19,7) e FGV-EESP (20 vagas e C/V de 19,9). Mas sua C/V é superior à do IE-UFRJ (25 vagas e C/V de 10,9) e do INSPER (75 e 1,7).

Um argumento encontrado entre os próprios alunos graduados no IE-UNICAMP é que eles já *aprenderam a aprender* o que se ensina na sua pós-graduação e necessitam se inserir no mercado de trabalho das capitais metropolitanas. Enquanto isso, os moradores destas já estão inseridos nas principais redes de relacionamento profissional por estarem próximos das sedes dos grandes empregadores de economistas e da mídia.

Então, tendo em vista esses dados, nos casos onde se registra o problema de escassez de demanda por cursos de Ciências Econômicas, este se relaciona, de acordo com o jargão profissional, com *elasticidade da demanda*, que é a medida da variação na demanda de uma mercadoria ou serviço.

Considerada a quantidade de serviço educacional adquirido por unidade de tempo, os economistas sabem que ela depende de alguns fatores: do preço do serviço, da renda do consumidor, dos preços de outros cursos, do gosto do consumidor, entre outros. Para obter o coeficiente de *elasticidade-renda da demanda*, divide-se a variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual na renda do consumidor. Caso o coeficiente seja negativo, o bem é classificado como *inferior* e apresentará queda na demanda quando houver aumento na renda do consumidor.

Os números de C/V indicam que, por exemplo, os demandantes consideram o curso do IE-UNICAMP um *bem superior*. Concentram demanda nele também por causa da *elasticidade-preço*, considerando a variação relativa do preço do ensino em faculdades particulares. Possui uma ótima relação

custo/benefício. Afinal, os agentes econômicos são considerados racionais pelos economistas... Por que os futuros economistas não seriam?

Parece-me que o perfil ideal do profissional formado no Curso de Graduação em Ciências Econômicas é o capaz de transitar em *diferentes níveis de abstração*, desde o conhecimento analítico dos fenômenos econômicos puros até a tomada de decisões práticas. Para tanto, necessita obter:

1. um conhecimento plural de todas as correntes de pensamento econômico, ortodoxas e heterodoxas,
2. um conhecimento multidisciplinar que o propicie a reincorporação de todas as demais áreas de Ciências Afins antes abstraídas, e
3. um conhecimento aplicado que o capacite a datar e localizar o objeto de suas análises e sugestões, ou seja, conhecimento histórico e geográfico para tratar das dimensões tempo e espaço.

Nesse sentido, busca tanto uma formação teórico-prática em que domine o *método abstrato-dedutivo*, quanto uma formação teórico-quantitativa em que pratique o *método histórico-indutivo*. Com capacidade de utilizar o instrumental matemático-estatístico e analisar situações históricas concretas, saberá contextualizar seus diagnósticos para propor a solução racional de problemas que envolvem conflitos de interesses individuais, sociais e nacionais. Este amplo objeto profissional de estudos e pesquisa é necessário em praticamente todas as atividades econômicas, financeiras, empresariais e públicas.

Entretanto, face ao debate a respeito dos motivos da queda da demanda por cursos de Economia que não pertencem a centros de ensino de excelência, é comum se confundir demanda por formação em Ciências Econômicas com demanda do mercado de trabalho. Para essa hipótese ser verdadeira, os adolescentes-vestibulandos teriam informações perfeitas sobre flutuações da conjuntura econômica. Caso isso fosse verdade, dispensariam estudar Economia por já a conhecerem...

Formalmente, os cursos de graduação em Ciências Econômicas devem possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades que são apresentadas de uma maneira tautológica, isto é, usando-se palavras diferentes para expressar uma mesma ideia em redundância ou pleonismo:

- 1 desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- 2 ler e compreender textos econômicos;
- 3 elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- 4 utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- 5 utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- 6 utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e
- 7 diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

O Bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em:

- sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso,

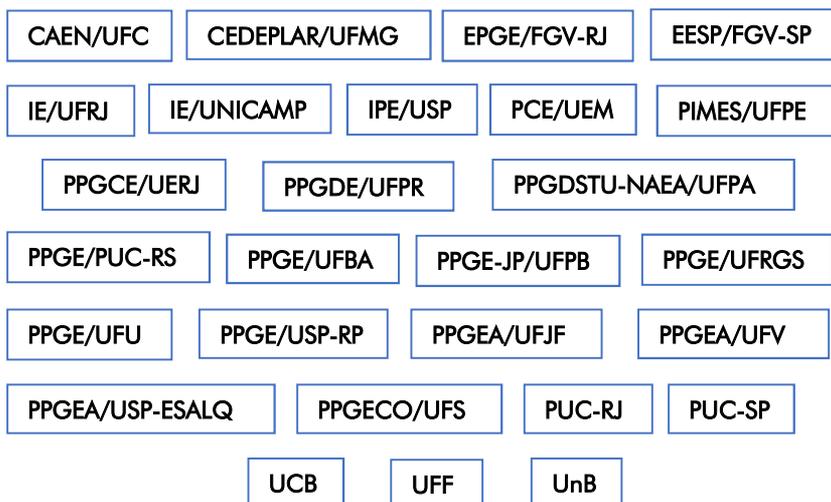
- além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

- 1 uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;
- 2 capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas em uma realidade diversificada e em constante transformação;
- 3 capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- 4 domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

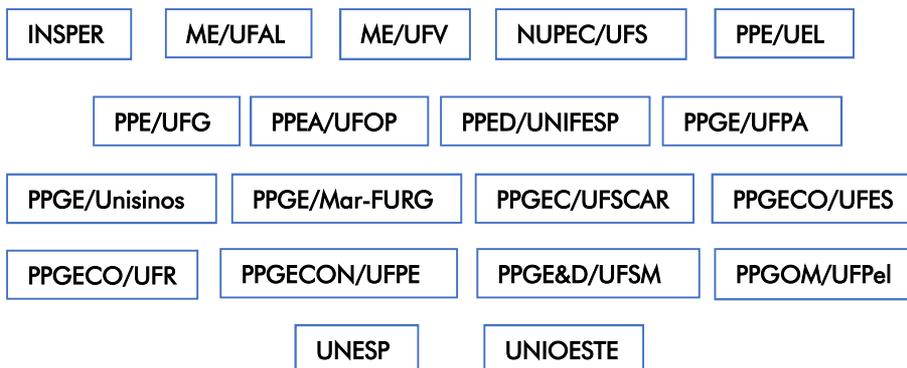
Então, a questão-chave diz respeito ao perfil do profissional que tem sido formado por esses cursos que tiveram queda de demanda. Ele obteve capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia? Ele revela potencial para assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade? Tem sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas,

na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais? É necessário um exame de consciência dos formadores de economistas.

Os Centros Associados à ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia) se multiplicaram, ou melhor, auto reproduziram extraordinariamente. Confira em <http://www.anpec.org.br/novosite/br/centros-associados>:



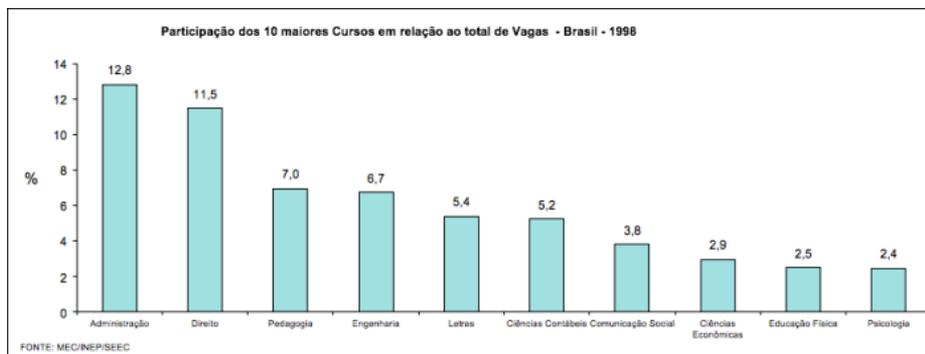
São 27! Mais do que os 26 estados brasileiros! Fora que, além destes centros, também participam do Exame Nacional de Seleção mais os 19 seguintes:



Se o número de 50 professores da pós-graduação do IE-UNICAMP fosse uma média representativa, a estimativa seria de cerca de 2.300 professores de Economia formando futuros professores de Economia. Se isso indicasse uma demanda social, sem dúvida, haveria muitos demandantes por Ensino e Pesquisa em Economia, cujo aprimoramento passa por pós-graduação.

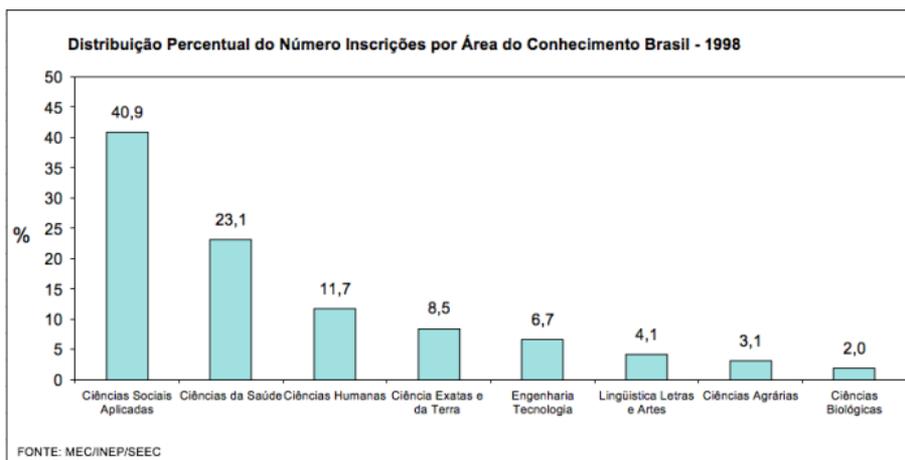
Entretanto, analisemos a questão sob uma perspectiva histórica mais ampla. Em 1963, só se formaram 19.049 profissionais universitários. Eram 4,3 alunos matriculados por docente. Trinta e cinco anos após, em 1998, essa relação já tinha se multiplicado para 12,9. E formaram-se 274.384 profissionais universitários no ano. No total acumulado nesses 35 anos já tinham se formado 5.954.028 universitários no País que possuía população total de 169,5 milhões de habitantes. Essa “elite intelectual” era apenas 4%.

Vejamos outros **aspectos quantitativos** dessa história.

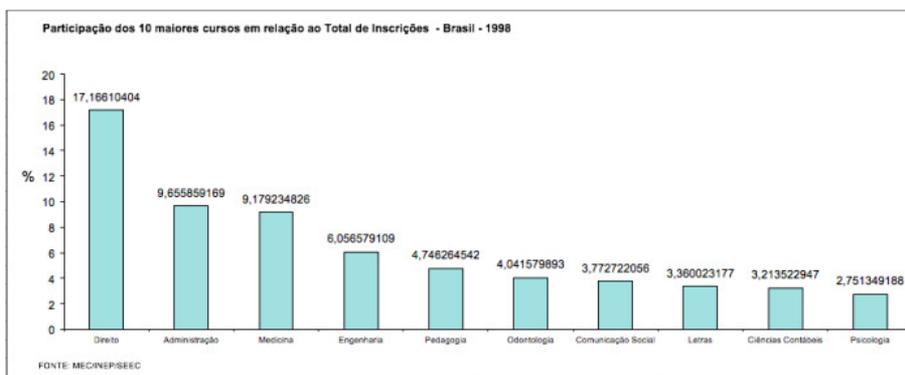


Entre os 10 maiores cursos, em relação ao total de Vagas, no Brasil de 1998, a formação em Ciências Econômicas tinha a oitava maior oferta com 2,9% das vagas totais.

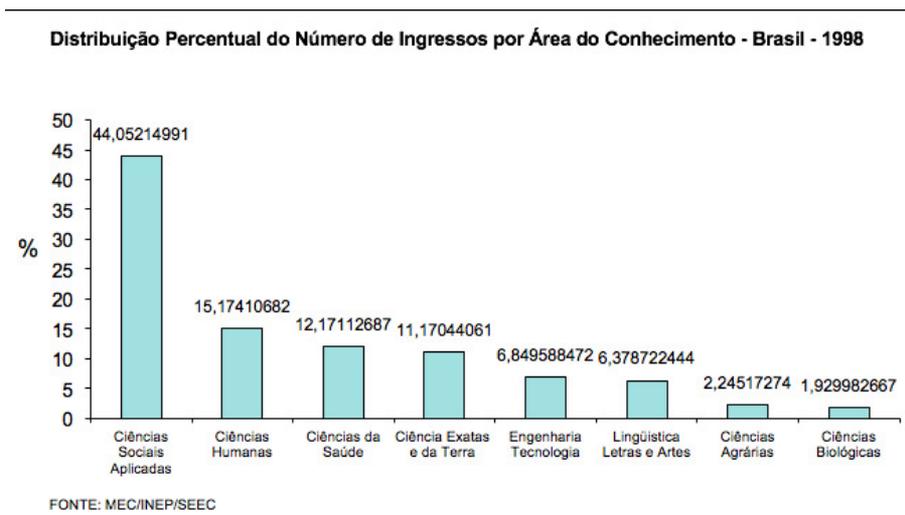
A economia de mercado, então, impunha um padrão de oferta abundante de sua força de trabalho: 40,9% dos profissionais universitários em Ciências Sociais Aplicadas. Este é um ramo da ciência, distinto das Humanidades, que estuda os aspectos sociais do mundo humano, ou seja, a vida social de indivíduos e grupos humanos. Pela Tabela das Áreas de Conhecimento (CAPES) inclui Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Ciência da Informação (Biblioteconomia e Arquivologia), Comunicação, Administração, Contabilidade, Desenho Industrial, Demografia, Economia, Economia Industrial, Direito, Museologia e Serviço Social.



Em percentuais de inscrições, Ciência Econômica não entrava no *ranking dos 10+*, ou seja, em 1998 já era baixa a demanda relativa por esse curso, comparativamente à de outros. Por exemplo, despontavam 17% dos inscritos em vestibular para Direito. Se somassem os seis mais demandados, eles já representavam 50% dos inscritos.



Em 1998, 44% dos ingressos nas Universidades e Faculdades ocorriam em Ciências Sociais Aplicadas. Razão de *custo baixo e/ou necessidade de oferta abundante* para baratear a força de trabalho empregada em empresas?



Brasil – Número de Concluintes dos Cursos de Graduação em Economia, Administração e Contabilidade – 1994, 2002 e 2010

Curso	1994	2002	2010
Economia	6.712	7.654	6.333
Administração	27.043	54.656	161.253
Contabilidade	14.816	20.345	34.215

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopses Estatísticas do Ensino Superior.

Os economistas já tinham, em 1994, 2002 e 2010, um número de concluintes reduzido face ao das demais das áreas afins: Administração e Contabilidade. O número de concluintes no Curso de Economia caiu ainda mais em 2014, último ano para o qual foi publicado uma *Sinopse Estatística do Ensino Superior*: 5.650.

Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Categoria Administrativa das IES em 2014	Matriculas			Concluintes			Relação Concluintes / Matrículas		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Total	7.828.013	1.961.002	5.867.011	1.027.092	241.765	785.327	13%	12%	13%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	3.086.000	422.583	2.663.417	448.612	57.453	391.159	15%	14%	15%
Ciência política	1.548	975	573	166	122	44	11%	13%	8%
Relações internacionais	23.008	6.749	16.259	3.090	812	2.278	13%	12%	14%
Ciências sociais	13.072	12.276	794	1.616	1.507	109	12%	12%	14%
Negócios internacionais	18.335	2.921	15.414	3.849	452	3.397	21%	15%	22%
Ciências contábeis	353.597	51.028	302.569	45.485	6.883	38.602	13%	13%	13%
Direito	813.454	91.793	721.661	95.701	13.038	82.663	12%	14%	11%
Economia	49.421	32.447	16.974	5.650	3.309	2.341	11%	10%	14%
Gerenciamento e administração	1.348.616	146.926	1.201.690	229.722	19.949	209.773	17%	14%	17%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> (elab. Fernando Nogueira da Costa)

Chama a atenção também, na Tabela acima, que nesses cursos em Universidades públicas é a Economia possui a menor relação Concluintes / Matrículas, ou seja, *apenas 10% dos matriculados em 2014 concluíram seu curso*. A evasão e/ou a reprovação em IES privadas é menor, pois concluem 14% dos matriculados.

Será o nível de exigência de estudo em curso de Economia em Universidade pública superior? Ela tem mais alunos matriculados em horário integral (diurno) do que em noturno. E relação matriculados / docente bem inferior, ou seja, as aulas são dadas para turmas menores. Seus docentes também possuem nível de titulação superior, sendo exigido o doutorado e RDIDP – Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa.

Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Categoria Administrativa das IES em 2014	Concluintes por Categoria Administrativa		
	Total	Pública	Privada
Total	 100%	24%	76%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	100%	13%	87%
Ciência política	100%	73%	27%
Relações internacionais	100%	26%	74%
Ciências sociais	100%	93%	7%
Negócios internacionais	100%	12%	88%
Ciências contábeis	100%	15%	85%
Direito	100%	14%	86%
Economia	100%	59%	41%
Gerenciamento e administração	100%	9%	91%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> (elab. Fernando Nogueira da Costa)

Considerando todos os estudantes universitários, em 2014, cerca de 3/4 se formaram em IES privadas e 24% em Universidades Públicas. No caso da grande área composta por Ciências Sociais, Negócios e Direito, acentua-se essa desigualdade: 13% em Públicas e 87% em Privadas. E em Administração, foram respectivamente 9% e 91%.

De acordo com os dados da Tabela acima, as participações relativas são inversas no caso de três cursos, o que os aproxima em termos de formação em Ensino Superior: Economia (59% em Pública e 41% em Privada), Ciência Política (73% contra 27%) e Ciências Sociais (93% contra 7%). Deduz-se desses números estatísticos, que a Economia é vista (corretamente) pelos candidatos a estudantes universitários como próxima à Ciência Social e à Ciência Política. Não dá, relativamente a outras profissões, como Administração, muitos empregos, mas forma muitos sábios-intelectuais. E alguns se tornam sábios-tecnocratas ou dirigentes de empresas estatais ou privadas.

Pela *Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2014*, existiam 252 cursos de graduação presenciais em Economia, sendo 141 em Universidades públicas e 111 de IES privadas. Eles ofereceram 19.818 vagas para 101.471 candidatos inscritos, resultando em uma relação de 5 candidatos / vaga (C/V). Em centros de excelência em ensino, essa relação é bem superior, por exemplo, atingindo no IE-UNICAMP 24,5 no curso integral e 22,2 no noturno no ano de 2014.

Mesmo com essa baixa C/V no geral (5), houve apenas 12.432 ingressos nesse ano, ou seja, 7.386 vagas não foram preenchidas. Isto representou 37% de vagas ociosas.

A queda da relação candidato / vaga do curso de Economia em IES privada vem desde os anos 90 como a Tabela 3 abaixo indica. Em que pese isso, em processo de retroalimentação dessa queda, a oferta de vagas em faculdades privadas continuou se expandindo.

Em 2014, formaram-se 5.569 economistas, ou seja, número abaixo do de 2002 (7.654) e pouco acima do de 1990 (5.343) — ver Tabela 4. Grosso modo, nesse quarto de século, é possível estimar que se graduou um número próximo de 150 mil economistas. Será que todos estão ocupados? Exercem a profissão?

Tabela 3 – Relação candidato/vaga e número de ingressos e de vagas por curso segundo a categoria administrativa – Brasil – 1991-2002

Curso / Categoria Administrativa	Candidato/Vaga			Ingressos			Vagas		
	1991	1996	2002	1991	1996	2002	1991	1996	2002
LICENCIATURA ⁽¹⁾									
Pública	3,1	4,2	5,3	62.855	78.081	144.325	74.808	90.719	153.889
Privada	1,4	1,2	1,1	103.468	102.477	217.133	150.970	159.449	366.975
ADMINISTRAÇÃO									
Pública	8,0	7,1	11,1	9.468	11.418	14.952	9.944	11.866	15.529
Privada	3,8	2,6	1,4	39.358	52.313	189.093	41.909	60.180	297.894
DIREITO									
Pública	14,3	17,4	18,2	6.707	9.765	12.117	7.091	9.922	12.238
Privada	6,4	6,0	2,6	27.362	48.994	122.823	28.016	49.779	166.661
ECONOMIA									
Pública	4,8	4,3	6,2	5.627	6.359	6.245	5.962	6.713	6.695
Privada	2,0	1,3	0,9	13.704	11.448	10.140	15.436	15.679	21.630
MEDICINA									
Pública	23,2	36,3	41,2	4.404	4.699	5.616	4.640	4.769	5.616
Privada	19,9	24,4	16,9	3.119	3.146	5.214	3.146	3.177	5.627

Fonte: MEC/Inep.

Nota: (1) As informações de número de cursos e matrículas são relativas aos cursos que possuem licenciatura, mas que contabilizam os bacharéis e os licenciados.

Tabela 4 – Número de cursos de graduação, matrículas e concluintes por curso segundo a categoria administrativa Brasil – 1991-2002

Curso/Categoria Administrativa	Número de Cursos			Matrícula em 30/4			Concluintes		
	1991	1996	2002	1991	1996	2002 ⁽¹⁾	1990	1995	2002
LICENCIATURA ⁽²⁾									
Pública	2.512	3.318	5.880	555.636	638.139	1.059.385	103.875	104.539	176.569
Privada	1.114	1.697	3.116	236.356	329.694	500.968	33.900	44.756	76.784
ADMINISTRAÇÃO									
Pública	1.398	1.621	2.764	319.280	308.445	558.417	69.975	59.783	99.785
Privada	333	515	1.413	177.838	226.302	493.104	23.384	28.003	54.656
DIREITO									
Pública	93	141	182	39.687	51.416	59.657	4.593	6.120	7.930
Privada	240	374	1.231	138.151	174.886	433.447	18.791	21.883	46.726
ECONOMIA									
Pública	165	262	599	159.390	239.201	463.135	24.264	29.122	53.908
Privada	55	81	104	38.305	46.983	56.242	5.889	6.812	8.424
MEDICINA									
Pública	110	181	495	121.085	192.218	406.893	18.375	22.310	45.484
Privada	177	205	266	71.765	67.055	63.375	5.343	6.787	7.654
ADMINISTRAÇÃO									
Pública	66	73	84	24.846	27.921	28.112	1.908	2.505	3.033
Privada	111	132	182	46.919	39.134	35.263	3.435	4.282	4.621
MEDICINA									
Pública	80	86	115	46.881	48.667	59.755	6.968	7.194	8.498
Privada	46	51	61	28.387	29.639	31.630	4.145	4.531	4.938
Privada	34	35	54	18.494	19.028	28.125	2.823	2.663	3.560

Fonte: MEC/Inep.

Notas: (1) Matrícula em 30/6/2002.

(2) As informações de número de cursos e matrículas são relativas aos cursos que possuem licenciatura, mas que contabilizam os bacharéis e os licenciados. Para os concluintes a informação é exclusiva de licenciatura.

Há racionalidade em se tornar um economista? De acordo com a Tabela de Salários no Brasil, elaborada pela consultoria Robert Half e publicada pela revista *Exame*, o salário inicial de um economista é de R\$ 3.000,00, podendo chegar a R\$ 40.000,00:

- Economista Júnior: R\$ R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00
- Economista Pleno: R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00
- Economista Sênior: R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00
- Economista Chefe: R\$ 20.000,00 a R\$ 40.000,00

O levantamento salarial do site de empregos Catho indica que o cargo de economista tem salário a partir de 3 mil reais, podendo chegar a 6,5 mil reais. A média salarial nacional para a posição de economista, segundo o site, é de R\$ 3.780,21.

O site SALARIÔMETRO (<http://www.salarios.org.br/#/salarionetro>) indica que o valor R\$ 3.694,00 representa o salário médio inicial para a ocupação CBO 251215 – Analista Financeiro (economista) com o perfil escolhido nesta consulta. Foi calculado com base em todas as 1398 contratações observadas entre nov/2015 e abr/2016. Já com base nas 436 contratações observadas na faixa de idade de 25 a 29 anos, o valor era de R\$ 3.822,00. Com base nas 43 contratações observadas de profissionais na faixa de idade de 50 a 64 anos, o valor era de R\$ 4.914,00.

Para comparar entre especializações (cargo/ocupação), o valor de R\$ 3.177,00 representa o salário médio inicial para a ocupação CBO 251225 – Analista de Políticas Públicas (economista) com o perfil de 25 a 29 anos. Foi calculado com base nas 215 contratações observadas entre nov./2015 e abr./2016. No Distrito Federal, este valor calculado com base nas 3 contratações sobe para R\$ 5.372,00. Em São Paulo, com base nas 114 contratações observadas, cai para R\$ 3.328,00. O analista financeiro iniciante também em São Paulo com base nas 257 contratações ganha R\$ 3.957,00. Em síntese, a experiência (idade), a especialização (escolaridade ou formação com ensino de excelência) e o local de trabalho contam muito em mercado de trabalho segmentado.

Mas o verdadeiro ranking por profissão é revelado com base em outras fontes de informações. Pelo Censo 2010, formados em Administração, Negócios e Economia representavam 25% do total de profissionais universitários (2.274.184 contra o total de 8.979.706 graduados), sem considerar os pós-graduados.

Apenas 1% da População Ocupada tinha pós-graduação no Brasil: 0,7% com Mestrado (cerca de 451 mil pessoas) e Doutorado (cerca de 70.000

peças). Representavam 14,4% do top 1% mais rico em renda, sendo que 13% dos Mestres e 18,8% dos Doutores chegam a esse top 1%.

Por sua vez, os trabalhadores em negócios econômicos tinham o maior percentual entre o top 1%, pois eram 15,4% deles. Entretanto, só 4,3% deles atingiram esse topo, enquanto entre os 241.510 médicos, 29% recebiam esse pico de renda. Mas eram 11,1% do percentil mais rico.

Segundo a DIRPF 2014-AC 2013, os médicos estão tanto no ranking dos 10+ de renda (8º. lugar) quanto no dos 10+ de riqueza (6º. lugar). É a única ocupação universitária que faz parte desses rankings.

Os 409.768 declarantes (1,5% do total) que se definem como “economista, administrador, contador, auditor e afins” estão na 6ª. posição em termos de riqueza com R\$ 378.513,53 de bens e direitos per capita. Em rendimento per capita declararam que receberam em 2013 cerca de R\$ 75.292,45, ou seja, R\$ 6.274,33 mensais, o que era equivalente a 9,25 salários mínimos daquele ano (R\$ 678,00).

Era pouco abaixo do rendimento médio per capita de todos os 26,5 milhões declarantes, que atingiu R\$ 77.801,80 em 2013, ou seja, R\$ 6.483,42 por mês ou quase dez salários mínimos mensais. Esta seria *uma renda de indivíduo pertencente à classe média alta caso houvesse uma distribuição da renda completamente igualitária.*

Cabe registrar ainda o fenômeno da “pejotização”: CPFs que se transformam em CNPJs para ter rendimentos (lucros e dividendos) isentos. Entre eles, os 58.853 declarantes (3% do total de 2,1 milhões) que se definem como “economista, administrador, contador, auditor e afins” estavam na 7ª. posição em termos de riqueza com R\$ 1.290.281,00 de bens e direitos per capita. Em rendimento per capita declararam que receberam em 2013 cerca de R\$ 84.334,95, ou seja, R\$ 7.027,91 mensais ou 10,4 salários mínimos.

Fica claro que a elite milionária da profissão trabalha por conta própria em “empresa de consultoria”, relacionada a pesquisas sob encomenda de empresários. Quem as abriu visa receber o incentivo fiscal de rendimentos líquidos com menores descontos. Essa é a racionalidade da profissão: alcançar uma reputação profissional tal que permita capitalizar seus ganhos. Para tanto, a trajetória graduação-pós-graduação-ensino-cargo público-consultoria seria a meta profissional de todos aqueles cujos colegas os reconhecem como

economistas. Não é basta o simples diploma para obter status profissional, mas sim falar e escrever para um público amplo de modo a ser reconhecido.

É necessário pensar se vale a pena reproduzir economistas em série para dizerem apenas *clichês* – frase frequentemente rebuscada que se banaliza por ser muito repetida, transformando-se em unidade linguística estereotipada, de fácil emprego pelo emissor mesmo que não seja de fácil compreensão pelo receptor. Os clichês são dispensáveis pela sociedade. Porém, parecem ser indispensáveis no repetitivo, inócuo e vazio jargão de profissional moldado em forma-única. Infelizmente, esse amontoado de clichês tem sido o pensamento dominante na nossa profissão. E o lugar-comum ou chavão não atrai muitos candidatos. Já pesquisa de novas ideias e conhecimentos sim.

Em síntese, meu argumento em favor incorporar as áreas de atuação em Ensino e Pesquisa à formação dos economistas brasileiros surge em função da própria experiência profissional – todos os economistas notáveis que conheci ao longo de minha vida, tanto na academia, quanto na área pública e privada, tiveram a citada trajetória: graduação-pós-graduação-ensino-cargo público-consultoria. É, praticamente, uma exigência para a contratação de economistas como assessores da alta administração das empresas tanto financeiras quanto não-financeiras. Oferecer um curso que não oferece a possibilidade de ocupar essas áreas de atuação implicaria, como ponto de partida, não atender à demanda ou expectativa do futuro economista que, de fato, pretende exercer sua profissão.

A pós-graduação é exigida para o economista se tornar professor e pesquisador. Também é importante para ocupações diversas, competindo com outros profissionais, em concursos públicos. Bancos, consultorias, entidades de classe já exigem até doutorado. Na carreira estagiário-trainee-auxiliar-analista-assistente-gerente-supervisor-diretor de empresa, um mestrado *stricto sensu*, uma especialização *latu sensu* ou um MBA ajuda muito. Neste caso, por que os economistas não fariam logo o curso de Administração ou Contabilidade?

5. O que deveria ser: Conclusão

Apresentei, neste artigo, alternativas metodológicas para o ensino de Economia no Brasil contemporâneo. A análise do conteúdo dos cursos foi realizada em três níveis de abstração: Ciência Econômica Abstrata ou Economia Pura, Economia Aplicada, Arte da Economia. Cada um deles foi

dividido entre Economia Positiva – *o que é* – e Economia Normativa – *o que deveria ser*.

Minha proposta é buscar a superação da formação “ortodoxa” dos economistas brasileiros por uma atualizada com a nova fronteira teórica pluralista e interdisciplinar. Como argumentação em defesa da hipótese de que a formação contemporânea, em tempos de crise, exige maior abertura teórica e tolerância ideológica, fiz uma breve análise da história do pensamento econômico brasileiro e examinei a situação dos cursos e do profissional formado por eles.

À guisa de conclusão, afirmo que uma formação do economista no Brasil contemporâneo, segundo uma abordagem pluralista, multidisciplinar e social-desenvolvimentista, salienta o desenvolvimento socioeconômico como um projeto de conquista social progressiva de direitos, preservando sempre os valores republicanos democráticos: igualdade, fraternidade e liberdade. Esses direitos, tradicionalmente, são divididos em três tipos: Cívicos, Políticos e Sociais. No século XXI, acrescentam-se os Direitos Econômicos.

Todos os economistas devem ser formados com a clara noção de que direitos e deveres éticos da cidadania necessitam andar sempre juntos com a evolução econômica, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente em uma obrigação de outro, no mínimo, via pagamento de tributos. O seguinte conjunto de direitos e práticas dá à cada pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida pública e do governo de seu povo.

1 *Direitos civis* consistem na garantia da liberdade religiosa e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, a liberdade contratual, principalmente a de escolher o trabalho – um homem/mulher não se submeter a ser servo ou escravo de outro homem/mulher –, e finalmente, a justiça para salvaguardar todos os direitos.

2 *Direitos políticos* referem-se aos direitos eleitorais (possibilidade de votar e ser votado) o direito de livre associação (partidos, sindicatos, etc.) e o direito de protestar.

3 *Direitos sociais* referem-se ao direito à educação básica, à saúde pública, a programas habitacionais, transporte coletivo, previdência, lazer, acesso ao sistema judiciário, etc.

4 *Direitos das minorias* referem-se ao direito dos consumidores, dos idosos, dos adolescentes, das crianças, dos deficientes, dos homossexuais, das minorias étnicas, dos animais, da natureza (meio ambiente), etc.

5 *Direitos econômicos* referem-se ao salário mínimo, à estabilidade no emprego, ao acesso à bancos e crédito (cidadania financeira), à aposentadoria digna, à tributação progressiva, etc.

Os social-desenvolvimentistas enxergam as interações de todos os direitos da cidadania como condicionantes do crescimento sustentado com inclusão social em um ambiente de plenas liberdades democráticas. O respeito às *instituições inclusivas* e a superação das *instituições extrativistas* é o modo seguro de afastar o risco de o populismo de direita não respeitar o resultado da democracia eleitoral.

Destacam a autonomia relativa propiciada pela ampliação do mercado interno da *sociedade com instituições inclusivas*, condicionando o investimento direto estrangeiro, em busca de exploração desse mercado ampliado, à transferência de tecnologia. Ao longo do processo emergente de desenvolvimento socioeconômico, vai se alcançando maior independência da reprodução do capital em relação à importação de meios de produção. Essa abordagem estruturalista dá a devida atenção ao investimento em infraestrutura e logística e reconhece a importância estratégica de construção de indústria de componentes nacionais em busca da consolidação da diversidade setorial da economia brasileira.

A estratégia social-desenvolvimentista compreende quatro eixos distintos e necessariamente complementares (Carneiro; 2012):

1. melhoria da distribuição da renda não por preços e/ou salários administrados pelo governo em nível acima da produtividade, mas sim por políticas sociais ativas;

2. investimentos em infraestrutura (energia, transporte, habitações de interesse social, saneamento, etc.), mobilidade urbana e urbanização de favelas;

3. política industrial com incentivos para integração às cadeias globais de valor, mas buscando um padrão de inserção internacional menos dependente;

4. política de comércio exterior abrindo mercados para usufruto das vantagens comparativas em recursos naturais.

Os social-desenvolvimentistas não se restringem ao debate da política econômica em curto prazo. Não concordam com a proposição novo-desenvolvimentista de um choque cambial com a intenção de favorecer os lucros dos industriais exportadores, insustentável em médio prazo pela reação em cadeia que provoca na sequência: choque inflacionário de custos (salariais e de insumos importados), corrosão do ganho esperado com o aumento da taxa de câmbio real, e choque de juros para combater a inflação. Em vez disso, defendem a coordenação intertemporal consistente a cada conjuntura entre os instrumentos de política econômica: política monetária, política fiscal, política cambial e controle de capital.

Optam por um sistema de preços relativos livres, inclusive no mercado de dinheiro e câmbio. Para evitar que a taxa de juro e a taxa de câmbio que não flutuem demasiadamente, a Autoridade Monetária não deve adotar uma regra de controle monetário geral, mas sim *um arbítrio flexível e sujeito à análise conjuntural*. Coordenada com a política fiscal, uma política monetária desenvolvimentista adotaria *controles financeiros seletivos*, sob critério de prioridade setorial, para influenciar a alocação do crédito, usando entre outros instrumentos: *a proposta de reserva dual*, parte em depósito compulsório, parte em crédito seletivo; *a proposta de reserva suplementar*, na qual se obriga a reter certa proporção das reservas sob forma de títulos de desenvolvimento econômico como *funding* para o BNDES; *a proposta de reserva de ativo*, que desloca a exigência de reserva do lado passivo para o lado ativo do balanço, através de direcionamento de empréstimos.

Os social-desenvolvimentistas argumentam que, embora tenha ocorrido enorme redução do peso do Estado na economia brasileira, promovida pelas privatizações neoliberais, ele ainda mantém sua capacidade de coordenação dos negócios estratégicos. Seu papel-chave é articular os interesses trabalhistas, privados nacionais e estrangeiros, configurando desse modo um Capitalismo de Estado Neocorporativista.

Bibliografia

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, v. 21, Número Especial, p. 779-810, 2012.

BIANCARELLI, André Martins; CALIXTRE, André Bojikian; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Ed.). *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34; 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Org.). *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA; CEPAL, 2002.

BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia ou Como os Economistas explicam a Economia*. São Paulo: Editora da USP, 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, p. 17-69.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 2 (143), p. 237-265, abr./jun. 2016.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e Novos Desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, v. 21, Número Especial, p. 749-778, 2012.

CGEE. *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: uma abordagem social-desenvolvimentista*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

CONTI, Bruno Martarello de; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 341-372, ago. 2014.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: do Socialismo Utópico ao Social-Desenvolvimentismo*. Campinas: Unicamp. IE, maio 2012. (Texto para Discussão, n. 205).

DE PAULA, Luiz Fernando; JABBOUR, Elias M. Khalil. A Retórica da Ortodoxia. *Folha de S.Paulo*; Ilustríssima; 21 ago. 2016.

FONSECA, Pedro Dutra; MOLLO, ROLLEMBERG, Maria de Lourdes. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões

conceituais. *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 2 (131), p. 222-239, abr./jun. 2013.

FONSECA, Pedro Dutra. *Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito*. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea. (Texto para discussão, n. 2103). Originalmente publicado, sob o mesmo título, no livro *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Ipea, 2014.

FRIEDMAN, Milton. *The Methodology of Positive Economic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 (original de 1953).

GANEM, Ângela. A história do pensamento econômico brasileiro como questão. In: *ECOS do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea-Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

HAUSMAN, Daniel (Ed.). *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Cambridge University Press, 1984, 1994. Third Edition in print format, 2007.

HERSCOVICI, Alain. A economia neoclássica: uma análise lakatosiana da cheia do *mainstream* até sua implosão. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 4 (141), p. 780-798, out./dez. 2015.

KUHN, Thomas. *Introdução de Ian Hacking*. A Estrutura das Revoluções Científicas. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (original de 1962).

LAKATOS, Imre. The methodology of scientific research programs. In: WORRAL, John; CURRIE, Gregory (Ed.). *Philosophical Papers*. Cambridge University Press, 1978. v. I.

LISBOA, Marcos; PESSÔA, Samuel. As razões da divergência: o funcionamento da economia segundo a direita e a esquerda. *Folha de S.Paulo*, Ilustríssima; 17 jul. 2016.

LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos*. Petrópolis: Vozes; 1997.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômico e democracia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

MALTA, Maria Mello de et al. *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea-Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. *Revista de Economia Política*. v. 9; n. 4, out./dez. 1989.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1998.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MERCADANTE, Aloízio. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil*. Tese (Doutoramento)–IE-UNICAMP, Campinas, nov. 2010.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana. The ‘developmentalism’ debate in Brazil: some economic and political issues. *Review of Keynesian Economics*, v. 3, n. 1, p. 77-89, Spring 2015.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 1-28, abr. 2015.

POSSAS, Mario. A economia política no Brasil hoje. *Revista de Economia Política*, v. 10, n. 2, abr./jun. 1990.

POSSAS, Mário, *A cheia do mainstream: comentários sobre os rumos da Ciência Econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. (Texto para discussão).

SAES, Flávio A. M. de; SAES, Alexandre Macchione. O Pensamento Econômico Brasileiro no Século XX: Uma Breve Nota Sobre as Principais Tendências e Rupturas. *Informações FIEPE*, mar. 2016.

SAKOWSKI, Patrícia Alessandra Morita; TÓVOLLI, Marina Haddad. *Perspectivas da Complexidade para a Educação no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2015. (Texto para Discussão, n. 2107).

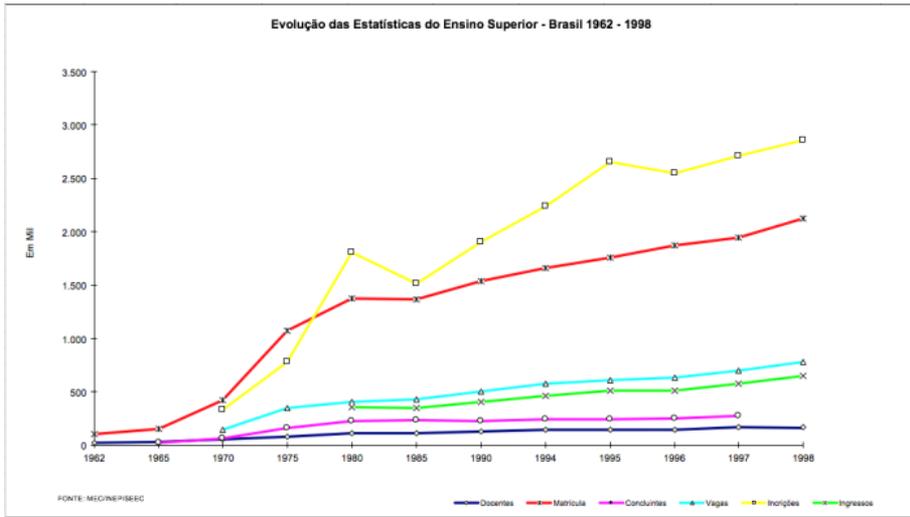
Anexo Estatístico

Evolução das Estatísticas do Ensino Superior - Brasil 1962 - 1998

Ano	Docentes (A)	Matrícula (B)	(B/A)	Concluintes	Vagas Oferecidas (C)	Inscrições (D)	(D/C)	Ingressos
1962	25.213	107.509	4,3
1963	28.944	124.214	4,3	19.049
1964	30.162	142.386	4,7	20.282
1965	33.135	155.781	4,7	22.291
1966	36.109	180.109	5,0	24.301
1967	38.693	212.882	5,5	30.108
1968	44.706	278.295	6,2	35.947
1969	49.547	342.886	6,9	44.709
1970	54.389	425.478	7,8	64.049	145.000	328.931	2,3	...
1971	61.111	561.397	9,2	73.453	202.110	400.958	2,0	...
1972	67.894	688.382	10,1	96.470	230.511	449.601	2,0	...
1973	72.951	772.800	10,6	135.339	261.003	574.708	2,2	...
1974	75.971	937.593	12,3	150.226	309.448	614.805	2,0	...
1975	83.386	1.072.548	12,9	161.183	348.227	781.190	2,2	...
1976	86.189	1.096.727	12,7	176.475	382.418	945.279	2,5	...
1977	90.557	1.159.046	12,8	187.973	393.560	1.186.181	3,0	...
1978	98.172	1.225.557	12,5	200.056	401.977	1.250.537	3,1	...
1979	102.588	1.311.799	12,8	222.896	402.694	1.559.094	3,9	...
1980	109.788	1.377.286	12,5	226.423	404.814	1.803.567	4,5	356.667
1981	113.899	1.386.792	12,2	229.856	417.348	1.735.457	4,2	357.043
1982	116.111	1.407.987	12,1	244.639	421.231	1.689.249	4,0	361.558
1983	113.779	1.438.992	12,6	238.096
1984	113.844	1.399.539	12,3	227.824
1985	113.459	1.367.609	12,1	234.173	430.482	1.514.341	3,5	346.380
1986	117.211	1.418.196	12,1	228.074	442.314	1.737.794	3,9	378.828
1987	121.228	1.470.555	12,1	224.809	447.345	2.193.861	4,9	395.418
1988	125.412	1.503.555	12,0	227.037	463.739	1.921.878	4,1	395.189
1989	128.029	1.518.904	11,9	232.275	466.794	1.818.033	3,9	382.221
1990	131.641	1.540.080	11,7	230.206	502.784	1.905.498	3,8	407.148
1991	133.135	1.565.056	11,8	236.377	516.663	1.985.825	3,8	426.558
1992	134.403	1.535.788	11,4	234.267	534.847	1.836.859	3,4	410.910
1993	137.156	1.594.668	11,6	240.269	548.678	2.029.523	3,7	439.801
1994	141.482	1.661.034	11,7	245.887	574.135	2.237.023	3,9	463.240
1995	145.290	1.759.703	12,1	254.401	610.355	2.653.853	4,3	510.377
1996	148.320	1.868.529	12,6	260.224	634.236	2.548.077	4,0	513.842
1997	165.964	1.945.615	11,7	274.384	699.198	2.711.776	3,9	573.900
1998	165.122	2.125.958	12,9	...	776.031	2.858.016	3,7	651.353

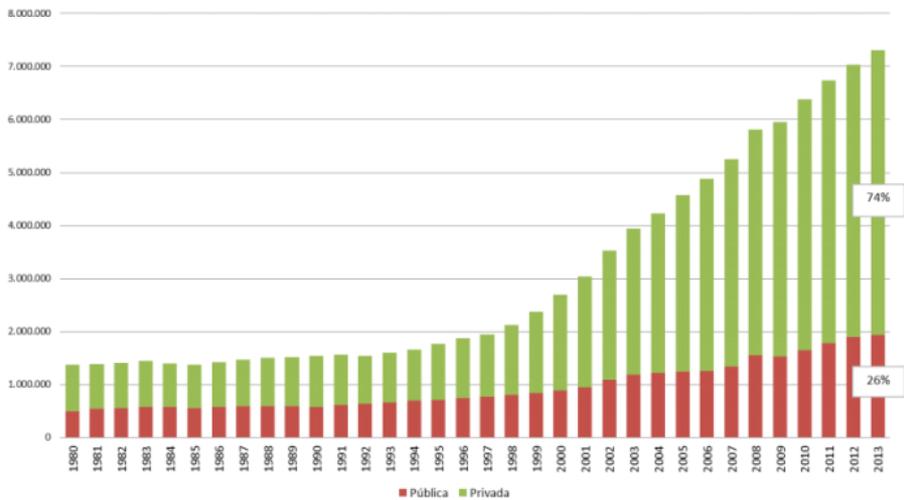
Fonte: MEC/INEP/SEEC

Formação do economista no Brasil Contemporâneo



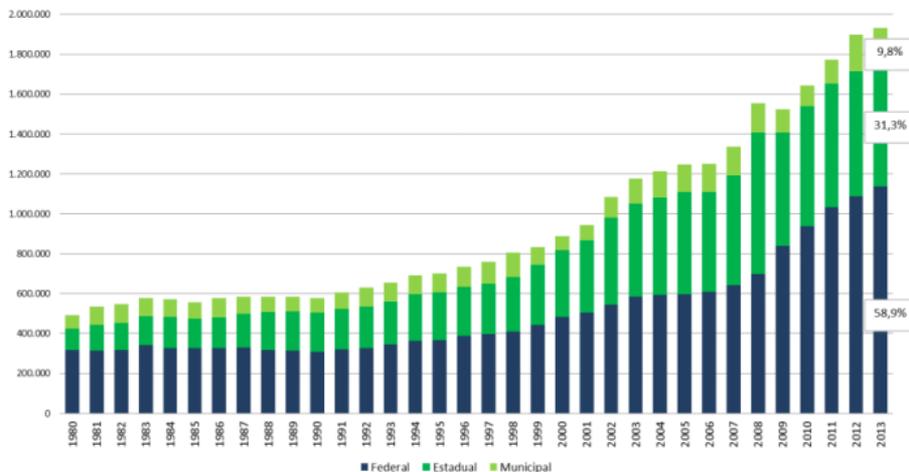
Resultados do Censo da Educação Superior 2013

Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação, por Categoria Administrativa Brasil - 1980-2013



Resultados do Censo da Educação Superior 2013

Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação na Rede Pública
Brasil - 1980-2013



Obs.: o **número total de matrículas no ensino superior** — englobando cursos presenciais e a distância de instituições privadas e públicas — atingiu **7,83 milhões no ano de 2015**, segundo dados do novo Censo do Ensino Superior divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). As instituições privadas registraram 5,8 milhões de alunos matriculados nos cursos presenciais e de educação à distância. Nas universidades públicas estão 25% dos estudantes universitários.